



ROMUALDA
ESTEFÂNIA NETO
DOS SANTOS

O PERFIL ECONÓMICO- FINANCEIRO DAS IPSS

Relatório de Dissertação do Mestrado em
Contabilidade e Finanças

ORIENTADOR

Professor Doutor Francisco Carreira

Janeiro de 2021

ROMUALDA
ESTEFÂNIA NETO
DOS SANTOS

**O PERFIL ECONÓMICO-
FINANCEIRO DAS IPSS**

JÚRI

Presidente: (Grau, Nome, Instituição)

Orientador: (Grau, Nome, Instituição)

Vogal: (Grau, Nome, Instituição)

Vogal: (Grau, Nome, Instituição)

(Fonte Arial, regular, corpo 11)

Data da realização da prova (mês e ano)

(Fonte Arial, regular, corpo 10)

Dedicatória

Dedico este trabalho ao pilar da minha vida minha Mãe.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus todo poderoso por ter chegado até onde cheguei hoje, agradeço aos meus familiares, em particular à minha Mãe, face às dificuldades diárias, pela compreensão manifestada, pelo apoio que me prestou ao longo de todo o meu percurso acadêmico, pela coragem que me tem transmitido.

Expresso a minha mais profunda gratidão a todos os professores, que durante o meu percurso acadêmico, me ajudaram na preparação acadêmica. Agradeço, particularmente e sobretudo, ao Sr. Dr. Francisco Carreira, orientador deste trabalho, considerando as suas competências excepcionais, disponibilidade e entusiasmo, o qual contribuiu de forma evidente, para a realização da presente dissertação.

Resumo

Esta dissertação tem como tema “O Perfil Económico-financeiro das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)” e como objetivo determinar o perfil económico-financeiro das IPSS do Concelho de Setúbal. Procurou-se dar resposta à questão sobre qual o perfil económico-financeiro das IPSS do Concelho de Setúbal?

Realizámos um estudo empírico, o qual seguiu uma abordagem de natureza quantitativa, cujos dados foram recolhidos e analisados através de uma análise de conteúdo nos documentos contabilísticos das IPSS.

Para o processamento e tratamento dos dados foi utilizado o programa Microsoft Excel com o auxílio de tabelas dinâmicas. Face o estudo efetuado, obtiveram-se os seguintes resultados, que permitiu determinar o perfil económico-financeiro das IPSS do concelho de Setúbal: 1) têm uma liquidez positiva visto que, em média, as IPSS apresentam uma liquidez geral e imediata acima dos 100% o que significa que possuem capital disponível suficiente para honrar com todas as suas obrigações a curto prazo; 2) têm uma estrutura financeira satisfatória sendo que, em média, a solvabilidade varia entre 504% e 641%, pelo que apresentam uma boa capacidade de solver os seus compromissos de médio e longo prazo e a estrutura financeira, em média, varia entre 73% e 2653%, o que significa que a maioria das entidades são financiadas por meio de capitais alheios; 3) têm uma rendibilidade satisfatória, tanto do capital próprio como do ativo, em média, as IPSS apresentam uma rendibilidade do capital próprio entre 1% e 6%, e uma rendibilidade do ativo entre 0,78% e 2%; 4) têm um funcionamento positivo, sendo que, os indicadores de funcionamento nos permitem perceber que as entidades conseguem gerir os ativos com eficiência, e que os gastos com o pessoal são determinantes na estrutura de gastos e, consequentemente, com forte impacto nos resultados.

Palavras-chaves: Economia Social, IPSS, Perfil Económico-financeiro.

Abstract

This dissertation has as its theme “The Economic-Financial Profile of Private Social Solidarity Institutions (IPSS)” and its objective is to determine the economic and financial profile of the IPSS in the Setúbal Municipality. Was there an attempt to answer the question about the economic and financial profile of the IPSS in the municipality of Setúbal?

We conducted an empirical study, which followed a quantitative approach, whose data were collected and analyzed through a content analysis in the IPSS accounting documents.

For the processing and treatment of data, the Microsoft Excel program was used with the aid of dynamic tables. In view of the study carried out, the following results were obtained, which made it possible to determine the economic and financial profile of the IPSS in the municipality of Setúbal: 1) they have positive liquidity since, on average, the IPSS present general and immediate liquidity above 100 % which means that they have enough available capital to honor all their short-term obligations; 2) they have a satisfactory financial structure and, on average, solvency varies between 504% and 641%, so they have a good ability to resolve their medium and long term commitments and the financial structure, on average, varies between 73 % and 2653%, which means that most entities are financed through foreign capital; 3) have a satisfactory return on both equity and assets, on average, IPSS have a return on equity between 1% and 6%, and a return on assets between 0.78% and 2%; 4) have a positive functioning, and the operating indicators allow us to perceive that entities are able to manage assets efficiently, and that personnel expenses are decisive in the spending structure and, consequently, with a strong impact on results.

Keywords: Social Economy, IPSS, Economic-financial Profile.

Índice geral

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Índice geral.....	vii
Índice de Quadros	ix
Índice de Tabelas	x
Lista de Siglas	xi
Introdução	1
I. REVISÃO DE LITERATURA	3
1. A Economia Social	3
1.1. Conceito e tipo de Entidades	3
1.2. Breve Desenvolvimento Histórico da Economia Social.....	5
1.3. A Lei de Bases da Economia Social.....	6
1.4. Principais Indicadores Macroeconómicos	8
2. As IPSS	15
2.1. O Conceito de IPSS	15
2.2. Caraterização das IPSS	16
2.3. A Prestação de Contas	18
2.3.1. O Contributo da Contabilidade para a Gestão das IPSS.....	20
2.3.2. O Plano de Contas das IPSS (PCIPSS)	22
2.3.3. Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS).....	25
2.3.4. A Norma Contabilística para Entidades sem Fins Lucrativos (NCRF – ESNL)27	
3. Indicadores Económico-Financeiros.....	29
3.1. Equilíbrio Financeiro.....	29

3.2. Rácios de Liquidez	31
3.3. Rácios de Estrutura ou Endividamento	31
3.4. Rácios de Rendibilidade	32
3.5. Rácios de Funcionamento ou de Atividade	33
3.6. Social Return On Investment (SROI)	35
II - ESTUDO EMPÍRICO.....	39
4. População e Amostra	39
5. Metodologia.....	41
6. Análise e Discussão dos Resultados	41
6.1. Caraterização das IPSS	41
6.2. A Informação Financeira Disponibilizada pelas IPSS	42
6.3. Análise Económico-financeira das IPSS	43
Conclusão.....	65
Limitações do estudo e linhas de investigações futuras.....	67
Bibliografia	68
Anexos	72
Anexo I – Entidades enquadradas no regime de contabilidade	73
Anexo II – IPSS que disponibilizam informação financeira enquadradas	75
Anexo III - Balanço e Demonstração de Resultados	77

Índice de Quadros

Quadro 1 - Principais indicadores macroeconómicos entre 2016 e 2018	9
Quadro 2 - Distribuição dos Principais Indicadores, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2016).....	10
Quadro 3 - Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades (2016)	11
Quadro 4 - Distribuição dos principais indicadores por setor institucional (2016)	12
Quadro 5 - Evolução dos Principais indicadores da Economia Social (2016-2018)	14
Quadro 6 - Documentos de Prestação de Contas	19
Quadro 7 - Classes de Balanço e da Demonstração de Resultado	24
Quadro 8 - PCIPSS quando comparado com o POCISSS	27
Quadro 9 - Fundo de Maneio	44
Quadro 10 - Fundo de Maneio Funcional	45
Quadro 11 -Necessidade de Fundo de Maneio.....	46
Quadro 12 - Tesouraria Líquida	47
Quadro 13 - Rácio de Liquidez Geral	48
Quadro 14 - Rácio de Liquidez Imediata	49
Quadro 15 - Rácio de Estrutura Financeira ou Endividamento - Autonomia Financeira	51
Quadro 16 - Rácio de Estrutura Financeira ou Endividamento - Solvabilidade	52
Quadro 17 - Rácio de Estrutura Financeira ou Endividamento – Estrutura Financeira.....	53
Quadro 18 - Rácio de Rendibilidade - Rendibilidade do Capital Próprio (RCP)	54
Quadro 19 - Rácio de Rendibilidade - Rendibilidade do Ativo	55
Quadro 20 - Rácio de Rendibilidade - Rendibilidade Operacional das Vendas	56
Quadro 21 - Rácio de Rendibilidade - Rendibilidade Líquida das Vendas	57
Quadro 22 - Prazo médio de recebimento	59
Quadro 23 - Prazo médio de pagamento	60
Quadro 24 - Rotação do Ativo	61
Quadro 25 - Rácio de funcionamento - Peso da dependência do Subsídio Social.....	62
Quadro 26 - Peso dos gastos com o pessoal no rendimento total	63
Quadro 27 - Peso dos gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos no rendimento total.....	64

Índice de Tabelas

Tabela 1- Atividades Atuais das IPSS.....	16
Tabela 2 - Âmbito e Fins das IPSS	17
Tabela 3 - Medidas de Valor do SROI.....	37
Tabela 4 - IPSS que não apresentam informações financeiras nos seus sites	39
Tabela 5 - IPSS que não disponibilizam de informações financeiras suficientes para realização do estudo	40
Tabela 6 – Amostra do Estudo	40
Tabela 7 - Informação Financeira Disponibilizada pelas IPSS.....	43
Gráfico 1 - Amostra do Estudo.....	41

Lista de Siglas

AAA: American Accounting Association

ACFA: Associações com Fins Altruístico

AT: Autoridade Tributária e Aduaneira

AICPA: American Institute of Certified Public Accountants

BADF: Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras

BP: Banco de Portugal

CASES: Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CC: Contabilista Certificado

CF: Conselho Fiscal

CIOSFL: Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos

CSC: Código das Sociedades Comerciais

CSES - Conta Satélite da Economia Social

CT: Custos Totais

DL: Decreto Lei

EBE: Excedente Bruto de Exploração

ES: Economia Social

ESNL: Entidades sem Fins Lucrativo

ETC: Emprego Remunerado

FASB: Financial Accounting Standards Board

FM: Fundo de Maneio

FMF: Fundo de Maneio Funcional

IES: Informação Empresarial Simplificada

INE: Instituto Nacional de Estatística

IRN: Instituto dos Registos e do Notariado

IVA: Imposto Sobre o Valor Acrescentado

LBES: Lei de Bases da Economia Social

MDF: Modelos de Demonstrações Financeiras

NCRF – ESNL: Norma Contabilística para Entidades sem Fins Lucrativos

NFM: Necessidades de Fundo de Maneio

NI: Normas Interpretativas

OG: Órgão de Gestão

OSFL: Organizações Sem Fins Lucrativos

PCIPSS: Plano de Contas Aplicáveis as IPSS

POCISSSS: Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social

PIB: Produto Interno Bruto

POC: Plano Oficial de Contabilidade

RA: Rendibilidade do Ativo

RL: Resultados Líquidos

RLV: Rendibilidade Líquida das Vendas

ROC: Revisor Oficial de Contas

ROV: Rendibilidade Operacional das Vendas

SNC: Sistema de Normalização Contabilístico

SROI – Social Return On Investment

TL: Tesouraria Líquida

TS: Terceiro Setor

VAB: Valor Acrescentado Bruto

VL: Valor Líquido

Introdução

A economia social é constituída por níveis quantitativa e qualitativamente que estão acima da solidariedade nas atividades económicas, incluindo empresas e políticas públicas e influência no aumento da eficiência, tanto micro como macroeconómica, além de formar um conjunto de benefícios sociais e culturais que concorrem para uma despesa comum e para o desenvolvimento da sociedade em geral.

Alguns autores como Câmara (2013) e Jeanter (2008) utilizam o termo de economia social, já Couto (2013) e Namorado (2009) utilizam o termo de terceiro setor, economia solidária ou economia social. O terceiro setor é uma expressão tipicamente norte-americana, enquanto os termos economia solidária e economia social incluem-se num contexto europeu. De entre estes termos, utilizarei neste trabalho o termo de economia social.

A economia social encarrega-se de um mérito e aceção de melhorar em superfície da concorrência de recessão económica e social que presume o mundo em geral. A economia social pode desempenhar a função de consumidor, aforrador, investidor, empresarial ou emprego, desejam ter qualidades comuns na emergência de sistema económico que firmaria na procura do bem comum e não do lucro.

As entidades de economia social têm como principal missão contribuir para a coesão social, preferencialmente, de pessoas em situação de exclusão social. Uma das entidades integradora da economia social são as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

O perfil das IPSS difere, significativamente, dos setores público e privado, sendo que são promovidas pelo setor da economia social, geralmente, a fonte de financiamento reflete o tipo de instituição promotora de cada iniciativa. O setor de economia social é um dos poucos que, pela sua natureza, as contribuições do Estado têm uma importância decisiva para a sobrevivência destas entidades.

O total do investimento das atividades realizadas pelas IPSS é constituído por participação financeira privada e por participação financeira da segurança social, sendo que os respetivos montantes constam de protocolo de financiamento celebrado entre o Instituto da Segurança Social (ISS) e a entidade promotora.

Esta dissertação tem como objetivo central determinar o perfil económico-financeiro das IPSS do Concelho de Setúbal. Procedeu-se à revisão de literatura sobre análise económico-

financeira e a realização de um estudo empírico dirigido às IPSS de Concelho de Setúbal entre os anos de 2016 e 2018.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes: a primeira parte é relativa ao enquadramento teórico, constituído pelo capítulo I, onde foi apresentado a revisão da literatura sobre os temas: economia social, principais indicadores macroeconómicos, as IPSS e os indicadores económico-financeiros. A segunda parte, refere-se ao capítulo II, estudo empírico, é composto pelos pontos 4, 5 e 6 onde se descreve a população e amostra do estudo, a metodologia do estudo e, por último, a análise e discussão dos resultados obtidos. Terminamos o presente trabalho com as conclusões gerais, limitações do estudo e investigações futuras.

Apurámos que as IPSS do concelho de Setúbal evidenciam uma posição financeira favorável, um FMF positivo e suficiente para as NFM, uma TL positiva, uma boa capacidade para cumprir com os seus compromissos a curto prazo e um financiamento por capitais alheios, muito mais expressivo em 2018.

A rendibilidade do capital próprio e do ativo são negativas ou reduzidas e as rendibilidades operacionais e das vendas com médias mais elevadas em 2016, o prazo médio de recebimentos é superior ao de pagamentos e o peso dos gastos com o pessoal face ao total de rendimentos é de 67%, que supera o montante dos subsídios auferidos.

I. REVISÃO DE LITERATURA

1. A Economia Social

1.1. Conceito e tipo de Entidades

A economia social tem vindo a assumir uma crescente importância em termos do seu peso no Produto Interno Bruto (PIB), representando um contributo relevante na criação de emprego e no desenvolvimento económico e social das comunidades.

A economia social, segundo Câmara (2013), é “constituída por associações de pessoas livres, consideradas individualmente, que se associam para fornecer bens (como é o caso das fundações), para prestar apoio social a si mesma (como é o caso das mutualidades) ou outras (como é o caso das Misericórdias)”.

As entidades da economia social são independentes e atuam nas suas áreas de atividade de acordo com os seus interesses gerais. Integram a economia social, desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português, as seguintes entidades:

- ❖ As cooperativas - são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles” (Silva, 2017);
- ❖ As associações mutualistas - são instituições particulares de solidariedade social com um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, essencialmente através da cotização dos seus associados, praticam, no interesse destes e das suas famílias, fins de auxílio recíproco” (Matos et al, 2017);
- ❖ As misericórdias ou Santas Casas da Misericórdia - são associações reconhecidas na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristãs” (AR, 2014);
- ❖ As fundações privadas - são pessoas coletivas de direito privado, sem fim lucrativo, dotadas dos bens e do suporte económico necessários à prossecução de fins de interesse social” (AR, 2014);

- ❖ As instituições particulares de solidariedade social - são instituições ou organizações constituídas por iniciativa de pessoas particulares, onde a finalidade não é o lucro, mas sim impulsionar a igualdade e a justiça social;
- ❖ As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local - este tipo de associações desenvolvem as suas atividades nas áreas da cultura, desporto e no recreativo, tendo como principal objetivo o desenvolvimento local destacando-se a segurança social, os cultos e as congregações;
- ❖ As entidades abrangidas pelos subsetores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social - são normalmente coletivos de trabalhadores e outras organizações que integram nos termos da constituição no setor cooperativo e social;
- ❖ Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da LBES - não existe atualmente uma entidade que esteja incluída na economia social por esta via, sendo que a base de dados para este tipo de entidades ainda não está constituída.

Loureiro e Silva (2017, p. 199), afirmam que, “nos termos do nº 1 do art. 2º da LBES «entende-se por economia social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por entidades referidas no art. 4º [...]», atividades estas que «têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes»”.

“A nova Lei define a economia social como o conjunto das atividades económico-sociais livremente levadas a cabo por entidades cuja missão vise o interesse geral da sociedade ou o interesse dos seus membros, utilizadores ou beneficiários, quando socialmente relevante” (Couto e Lima, 2013).

A economia social é dinâmica, suportada por entidades privadas organizadas, formalmente, para atuarem em atividades complementares às atividades públicas, sendo, muitas vezes as únicas instituições capazes de dar respostas a muitas carências e necessidades sociais.

A economia social abrange diligências realizadas por cidadãos que explicam a economia como uma área de relações sociais firmadas na solidariedade, direitos humanos, respeito pela

natureza, reciprocidade e cooperação. Estas iniciativas têm em conta tornar acessível à maioria da população a economia e fortalecer a justiça social, económica e ambiental.

Para Jeantet (2002, p. 37), a “economia social é um conjunto muito vivo, rico na sua diversidade, felizmente dinâmico, que comporta, a par de micro-associações locais, grandes empresas mutualistas e cooperativas; a complexidade de que se reveste pode causar alguma desorientação”.

A economia social é o conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, criadas para satisfazer as necessidades sociais de indivíduos independentemente da sua rentabilidade económica oferecendo bens ou serviços, com o principal objetivo da inclusão social.

Segundo Guélin (1998, p. 13, cit. por Kon e Borelli, 2016), “economia Social, [...] é composta de organismo produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros”.

1.2.Breve Desenvolvimento Histórico da Economia Social

A economia social em Portugal remonta desde o século XV não como conceito, mas enquanto realidade orientada por princípios, com a criação de um movimento onde a sua formalização deu início ao funcionamento das Misericórdias. Este movimento foi impulsionado e fundado pela Rainha D. Leonor, desde o ano de 1498.

“As entidades do setor social nasceram com o capitalismo industrial dos séc. XVII e XIX e consubstanciam, na sua essência, uma forma de organização social para a autoajuda a partir do associativismo, em resposta a fenómenos sociais como a pobreza, os infortúnios e a exclusão social. Em algumas destas tipologias, como é o caso das IPSS, encontramos até um lastro da doutrina social da Igreja” (Silva & Soares, 2015).

A definição de economia social tem a sua raiz europeia e com uma origem francófona. Alguns autores afirmam que, provavelmente, o termo economia social surgiu pela primeira vez no século XIX, por volta do ano de 1830, com o economista liberal francês Charles Dunoyer publicaram um tratado a respeito da economia social, o qual defendia as práticas de solidariedade interclassista como reação às alterações económicas e sociais da revolução francesa e do capitalismo industrial.

No princípio dos anos 80 do século XX, em França, com a subida de François Mitterrand à Presidência da República e consequente emergência de um governo da responsabilidade dos socialistas franceses, teve a origem o surto moderno e o reacendimento do conceito de economia social. (Namorado, 2009)

Segundo Amaro (2005, cit. por Barbedo & Bandeira, 2013) “posteriormente, na década de 90 do século XX surge uma nova fase da Economia Social, através das grandes transformações no contexto da globalização e no aumento dos problemas sociais”.

“Esta mudança proporcionou uma consciência global perante o aumento das diferenças sociais, desfazendo a noção de que o desenvolvimento económico tem necessariamente resultados diretos na melhoria das condições de vida das pessoas. Assim, a conjuntura não podia ser mais propícia ao fomento de reflexões e debates sobre uma visão alternativa à economia neoliberal, lançando o renascimento da Economia Social” (Barbedo & Bandeira, 2013).

A economia social no século XXI retém os seus princípios, mas acrescenta-lhe e faz menção de novos princípios, onde, se destacam os seguintes aspetos: a qualificação da democracia económica; e o associativismo cidadão, como contributos fundamentais realinhados para baixos níveis de desenvolvimento e bem-estar social, para a coesão social e a valorização do espaço público na cidadania e na afirmação política do século XXI.

1.3.A Lei de Bases da Economia Social

Em Portugal, a Assembleia da República consagrou os ideais de ES através da aprovação da Lei de Bases da Economia Social (LBES), em 8 de maio de 2013, depois de um longo período de polémica na especialidade, por via do Projeto de Lei nº 68/XII, de fevereiro de 2011. Portugal foi o segundo país na Europa, depois de Espanha, a aprovar uma LBES.

Segundo Pires e Gomes (2014, p. 42); “A Lei de Bases da Economia Social foi aprovada pela Lei nº 30/2013, de 8 de maio, estabelecendo, no desenvolvimento do disposto na Constituição quanto ao setor cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios. Tais atividades têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente, quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores, e beneficiários, quando socialmente relevantes”.

A LBES estabelece as bases gerais do regime jurídico da Economia Social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins do setor cooperativo e social. Com a aprovação da LBES foi criado um regime próprio para os titulares de órgãos sociais, definindo benefícios que privilegiem o cumprimento das suas atividades e desenvolverem outras atividades, fora das suas áreas tradicionais estimulando, assim, a inovação e o empreendedorismo fortalecendo o potencial crescimento do país contribuindo para a coesão social.

“Na sequência da Lei de Bases da Economia Social e em estreita colaboração com os parceiros sociais, nomeadamente no quadro do Conselho Nacional para a Economia Social, tomou-se a iniciativa de revisão do quadro legal das entidades do setor social e solidário, com o propósito de adequação da legislação vigente, atualização do seu enquadramento às exigências atuais e capacitação do setor para os desafios vindouros” (GP, 2015).

O objeto da Lei de Bases da Economia Social tem como finalidade estabelecer as bases gerais do regime jurídico e as medidas que estimulam as atividades, bem como os princípios e fins para as entidades do terceiro setor.

“A presente lei estabelece, no desenvolvimento do disposto na Constituição quanto ao setor cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios” (GP, 2015).

A Lei de Bases da Economia Social permite definir as áreas de atividade das entidades que integram na economia social, a mesma é aplicada em todas as atividades sem causar impacto nas normas substantivas, próprias aplicáveis aos diferentes tipos de entidades do terceiro setor.

“A presente Lei aplica -se a todas as entidades integradas na economia social, nos termos do disposto no artigo seguinte, sem prejuízo das normas substantivas específicas aplicáveis aos diversos tipos de entidades definidas em razão da sua natureza própria” (GP, 2015).

“As entidades da economia social são autónomas e atuam no âmbito das suas atividades de acordo com os seguintes princípios orientadores:

- a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- b) A adesão e participação livre e voluntária;

- c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
- f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
- g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada” (Pires e Gomes, 2014).

1.4. Principais Indicadores Macroeconómicos

A economia social ou terceiro setor difere muito dos outros setores por conseguir harmonizar completamente a eficiência económica e o empreendedorismo social, sendo que a economia social com a sua diversidade, conhecimento e força são imprescindíveis para melhorar e proporcionar um enorme potencial na vida dos cidadãos, principalmente, os mais carenciados.

Os indicadores macroeconómicos procuram dar a conhecer os aspectos económicos globais de um país ou de uma região, ajudam a definir os ciclos económicos e a sua relação com o valor dos ativos financeiros e com a evolução dos mercados. Alguns dos indicadores macroeconómicos mais importantes são: o Produto Interno Bruto (PIB), o Excedente Bruto de Exploração (EBE) e o desemprego.

No ano de 2011, a economia social representava, a nível europeu, cerca de 8% das empresas e instituições e cerca de 10% do emprego, calculando-se que cerca de 25% dos cidadãos europeus estavam a ela ligados, nos mais variados aspectos (Entreajuda, 2011).

Em Portugal, em 2011 estimava-se que as IPS eram mais de 4500 com actividade real, o seu contributo no PIB era de 5%, empregavam 270 mil pessoas e envolviam milhares de voluntários (Entreajuda, 2011).

Estas Instituições, que integram aquilo que é, vulgarmente, denominado por terceiro setor, promovem a coesão social, a igualdade de oportunidades e são consideradas pela Comissão

Europeia como um dos instrumentos para lutar contra a exclusão social e, naquilo que é certamente mais importante atualmente, para conciliar a qualidade do emprego e a criação de empregos para todos, incluindo os mais vulneráveis (Entreajuda, 2011).

Em 2016, o PIB da economia social representou 3,0% do PIB português, tendo aumentado 14,6%, em termos nominais, face a 2013. Este crescimento foi superior ao observado no conjunto da economia (8,3%), em idêntico.

A economia social representa 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional. Face a 2013, as remunerações e o emprego total da economia social aumentaram 8,8% e 8,5%, respetivamente, o que representava um total da economia de 7,3% e 5,8%, respetivamente.

O Quadro 1 apresenta os principais indicadores macroeconómicos do ano de 2016, 2017 e 2018.

Quadro 1 - Principais indicadores macroeconómicos entre 2016 e 2018

Indicadores	2016	2017	Δ	2018	Δ
			2017 - 2016		2018 - 2017
Produto Interno Bruto PIB	6,00%	8,50%	2,50%	5,60%	-2,90%
Pessoal ao serviço	3,50%	5,10%	1,60%	4,20%	-0,90%
Excedente Bruto de Exploração EBE	8,40%	9,40%	1%	2,80%	-6,60%
Volume de negócio	2,70%	9,10%	6,40%	6,40%	-10,40%

Fonte: Elaboração própria.

Com os dados apresentados no Quadro 1 pode-se afirmar que os indicadores macroeconómicos apresentam uma evolução positiva nos anos de 2016 e 2017, mas quando comparados com o ano de 2018 apresentam uma desaceleração.

Sendo que, de 2016 para 2017 os indicadores macroeconómicos têm uma variação positiva, apresentam uma variação de 2,5% do PIB, 1,6% do pessoal ao serviço, 1% dos EBE e 6,4% do volume de negócio. Já no ano de 2017 face ao ano de 2018 os indicadores têm uma variação negativa apresentando uma desaceleração de -10,40% no PIB de - 0,9% do pessoal ao serviço de - 6,6% nos EBE e de - 2,7% do volume de negócio.

O Quadro 2 apresenta a distribuição dos principais indicadores segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem fins Lucrativos e do Terceiro Setor para o ano de 2016.

Quadro 2 - Distribuição dos Principais Indicadores, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2016)

Classificação Internacional de OSFL e do TS	Unidade de Atividade Económica	Emprego	Emprego remunerado	VAB
	Nº	ETC	ETC	10 ⁶ Euros
A - Cultura, comunicação e atividade de recreio	33.722	12.048	11.789	242
B - Educação	2.594	29.966	29.811	671
C - Saúde	2.386	75.503	75.460	1.186
D - Serviços sociais	6.978	70.196	70.000	1.170
E - Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal	726	714	702	10
F - Desenvolvimento comunitário e económico	2.106	2.606	2.439	37
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5.912	2.797	2.769	50
H - Filantropia e promoção do voluntariado	322	190	186	3
I - Religião	8.533	9.802	9.797	175
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3.815	8.268	8.128	153
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	2.547	5.976	5.775	303
L - Outras atividades	2.244	18.222	18.030	821
Economia Social	71.885	236.288	234.886	4.819
Economia Nacional	—	4.419.870	3.839.523	162.226
Economia Social / Economia Nacional	—	5,30%	6,10%	3,00%

Fonte: INE (2019)

A cultura, comunicação e atividades de recreio congregaram perto de 47% do total de unidades de atividade económica, mas significaram, apenas, 5,0% do total do emprego remunerado e do VAB da ES. Já a área da educação reuniu 12,6% do total do emprego remunerado e perto de 14% do VAB da ES.

A saúde e os serviços sociais foram as áreas mais relevantes, em termos de VAB e emprego remunerado, a saúde foi responsável por 24,6% do VAB e 32,1% do emprego remunerado da ES, enquanto que os serviços sociais geraram 24,3% do VAB e 29,8% do emprego remunerado da ES.

O Quadro 3 expõe a distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades (2016).

Quadro 3 - Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades (2016)

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Medidas
	N.º	ETC	10 ³ Euros	10 ³ Euros	10 ³ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 343	24 402	604 241	572 240	24,8	23,5
Associações mutualistas	97	4 842	387 971	212 094	80,1	43,8
Misericórdias	387	39 445	596 630	555 267	15,1	14,1
Fundações	619	14 113	332 321	304 296	23,5	21,6
Subsetores comunitário e autogestionário (SCA)	1 678	305	1 174	3 795	3,9	12,4
Associações com fins altruísticos (ACFA)	66 761	151 779	2 896 871	2 673 894	19,1	17,6
Economia Social	71 885	234 886	4 819 210	4 321 587	20,5	18,4
Total da Economia	-	3 839 523	162 226 133	81 854 147	42,3	21,3
Economia Social/ Economia Nacional	-	6,10%	3,00%	5,30%	48,60%	86,30%

Fonte: INE (2019)

Numa análise por grupos de entidades da ES destacam-se:

- ❖ As Associações Com Fins Altruísticos (ACFA) constituíam o primeiro grupo de entidades da ES com maior peso relativo, em termos de números de unidades, sendo constituído por 66.761 unidades, que agregavam 92,8% do total das unidades, sendo responsáveis por 60,1% do VAB, 64,6% do ETC e 61,8% das remunerações;
- ❖ As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da ES com maior peso relativo, em termos do número de unidades, de VAB e de remunerações, sendo que agregavam um VAB de 12,5% e 13,2% das remunerações;
- ❖ As Misericórdias foram o segundo grupo mais relevante em termos de emprego remunerado, visto que agregaram 16,7% do emprego remunerado;
- ❖ As Associações Mutualistas, nas quais se incluem entidades do setor financeiro da economia, foram as entidades da ES que apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados, com valores acima da média nacional em ambos os casos.

No Quadro 4 apresenta a Distribuição dos principais indicadores por setor institucional (2016).

Quadro 4 - Distribuição dos principais indicadores por setor institucional (2016)

Setor institucional	Unidades	Produção	VAB da Economia Social	VAB da Economia Nacional	VAB da Economia Social no VAB da Economia nacional
	N.º	106 Euros	106 Euros	106 Euros	%
Sociedades não financeiras (S.11) + Famílias (S.14)	6 190	2 036	741	124 444	0,6
Sociedades financeiras (S.12)	128	983	620	8 218	7,5
Administrações públicas (S.13)	18	17	10	26 116	0
Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15)	65 549	5 842	3 448	3 448	100
Economia Social	71 885	8 878	4 819	-	3
Economia Nacional	-	325 639	162 226	162 226	100
Economia Social/Economia Nacional	-	2,70%	3,00%	-	3

Fonte: INE (2019)

No que respeita à distribuição do número de unidades da ES por setor institucional, as Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias constituíram o setor dominante, congregando 91,1% do total de unidades e um VAB da ES de 71,5%, seguindo-se as Sociedades não financeiras e Famílias, com cerca de 8,6% do total de unidades e um VAB da ES de 15,3%.

O ano de 2017 foi destacado pela aceleração do crescimento dos principais indicadores económicos do setor não financeiro perante o ano de 2016, o volume de negócio, o VAB e o EBE cresceram, em termos nominais, 9,1%, 8,5% e 9,4%, respetivamente (2,7%, 6,0% e 8,4%, pela mesma ordem em 2016). O pessoal ao serviço aumentou 5,1% (3,5% em 2016) atingindo um total de 3 892 218 pessoas. A remuneração por pessoa ao serviço e o VAB por pessoa ao serviço aumentaram respetivamente 2,4% e 3,1% (0,9% e 2,5% em 2016)

No ano de 2017 iniciaram atividade 36.908 sociedades não financeiras o que correspondem a uma taxa de natalidade de 9,3%, ligeiramente superior à de 2016. Este nascimento representa mais 76.740 pessoas ao serviço e 2.280 milhões de euros de volume de negócio (16,7% e 11,0% face ao ano anterior, respetivamente) (INE, 2019).

No ano de 2017, o principal indicador do setor empresarial não financeiro em Portugal teve um crescimento significativo, manifestando um crescimento de 9,1% no volume de negócios, já no VAB teve um crescimento de 8,5% e 9,4% no EBE.

Já no ano de 2018, os indicadores económicos, continuaram a registar evoluções positivas, embora com crescimentos inferiores aos registados no ano de 2017. O volume de negócios, o VAB e o EBE cresceram 6,4%, 5,6% e 2,8% em termos nominais, que apresentavam uma

desaceleração de 2,7% no volume de negócio, 2,9% no VAB e 6,6% do EBE que no ano anterior.

Focando, apenas, na análise total das sociedades não financeiras, verificou-se que o pessoal ao serviço representava 5,2%, o volume de negócio 6,4% e o VAB 5,6%, com a desaceleração dos principais indicadores económicos no ano de 2018, o pessoal ao serviço foi 0,2% inferior, o volume de negócio foi 2,9% inferior e o VAB foi 2,9% inferior que o ano de 2017.

“Em termos médios, cada sociedade não financeira tinha 7,6 pessoas ao serviço em 2018 (4,4 homens e 3,2 mulheres). Nesse ano, a produtividade aparente do trabalho, dada pelo quociente entre o VAB e o pessoal ao serviço, foi de 29 100 euros por pessoa ao serviço (+0,4% relativamente a 2017)” (INE, 2019).

Merece destaque, igualmente, a Conta Satélite da Economia Social (CSES), resultante de um Protocolo entre duas instituições, o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), em parceria, para criação deste projeto que foi a conceção e a criação deste instrumento estatístico.

Não será arriscado afirmar que a CSES portuguesa é original e única, a nível mundial que foi, em Portugal, um movimento de vanguarda e grande relevância na afirmação do setor da economia social. A CSES é, atualmente, a representação exata da economia social, procura fundamental avaliar, exaustivamente, a economia social, em Portugal, com informações estatísticas sobre as entidades do setor de economia social e a sua dimensão económica, apresenta a verdadeira dimensão dos diferentes tipos de organização deste setor, como, o número de empregos gerados ou o VAB.

A CASES suscitou, e incluiu no seu plano de ação, logo em 2010, a criação de uma CSES, correspondendo, aliás, a um desafio contido em diversos documentos da UE, como, por exemplo, na Resolução do Parlamento Europeu de 19 de março de 2009, sobre Economia Social, publicada em 25 de março de 2010 em que, nos seus pontos 15 e 16, faz menção explícita ao “reconhecimento estatístico” nos seguintes termos:

- ❖ Convida a Comissão e os Estados-Membros a apoiarem a criação de registos estatísticos nacionais das empresas da economia social, a estabelecer contas satélite nacionais por setor institucional e por ramo de atividade, e a permitir a utilização desses dados pelo Eurostat, recorrendo também às competências disponíveis nas universidades;

- ❖ Salienta que a medição da economia social é complementar à medição das organizações sem fins lucrativos (OSFL), convida a Comissão e os Estados Membros a promoverem a utilização do Manual da ONU sobre as organizações sem fins lucrativos e a prepararem contas satélite que permitam melhorar a visibilidade das OSFL e das organizações da economia social (Fernandes 2016).

“Acresce que foi concebida como um agregado de subcontas nas quais são tratadas as realidades dos diversos grupos da economia social, quer sejam cooperativas, mutualidades, misericórdias, fundações e associações e outras entidades da economia social, a que acresce o conjunto eclético, em termos da configuração jurídico-formal, das organizações com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)” (Fernandes 2016).

O setor da Economia Social representa já, 10% do PIB da UE, e mais de 11 milhões de pessoas empregadas, que representam 4,5% da população ativa da UE, mas a tendência é crescente e, a cada ano, uma em cada quatro novas empresas criadas na UE já são negócios sociais. Cerca de 70% dos empregados estão integrados em associações não lucrativas, 26% nas cooperativas e 4% em mutualidades, as atividades de negócio estão concentradas nas áreas da banca, seguros, agricultura, saúde, comércio e serviços sociais, envolvendo membros a si afiliados de cerca de 160 milhões de pessoas.

O Quadro 5 apresenta a evolução dos principais indicadores da economia social (2016-2018).

Quadro 5 - Evolução dos Principais indicadores da Economia Social (2016-2018)

Ano	Pessoal ao Serviço	VN	VAB	EBE
2018	5,20%	6,40%	5,60%	2,80%
2017	5,10%	9,10%	8,50%	9,40%
2016	3,50%	2,70%	6,00%	8,40%

Fonte: Elaboração Própria.

Tendo em conta os dados apresentados no Quadro 5, verificou-se uma variação positiva na sua evolução nos indicadores pessoal ao serviço de 1,7% e ao VN de 3,7%, já os indicadores VAB e EBE apresentam uma variação negativa de -0,4% e -5,6%, respetivamente.

Entre 2016 e 2017 todos os indicadores apresentam uma evolução positiva, mas entre os anos de 2017 e de 2018 notou-se um decréscimo na evolução dos indicadores, exceto o indicador de pessoal ao serviço que teve um crescimento de 0,1%.

2. As IPSS

2.1. O Conceito de IPSS

As IPSS são instituições ou organizações constituídas por iniciativas de pessoas particulares sem finalidade lucrativa no intuito de impulsionar a igualdade e a justiça.

Para Laires e Martins (2019) importa, no entanto, aclarar o conceito de IPSS que se encontra definido no artigo 1º do Estatuto das IPSS, “São instituições particulares de solidariedade social, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo Público”.

As IPSS são constituídas sem qualquer finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares com o objetivo de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça por meio da concessão de bem-estar e qualidade de vidas das pessoas, famílias e comunidades nomeadamente em domínios como:

- ❖ Apoio a crianças e jovens;
- ❖ Apoio à família;
- ❖ Apoio à integração social e comunitária;
- ❖ Proteção dos cidadãos na velhice, invalidez e em todas as situações de falta ou de capacidade para o trabalho;
- ❖ Promoção e proteção da saúde através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- ❖ Educação e formação profissional dos cidadãos;
- ❖ Resolução de problemas habitacionais das populações.

As IPSS são instituições sem fins lucrativos, constituídas por iniciativa de particulares com a finalidade de ser possível expressar de forma organizada o dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos.

De acordo com Gomes e Pires (2014, p. 57), “As instituições particulares de solidariedade social (IPSS) são instituições constituídas por iniciativas de particulares, sem finalidade lucrativa, podendo assumir várias formas jurídicas (associações, fundações, entre outras) e têm como objetivo dar forma organizada ao dever e a obrigação moral de solidariedade e de

justiça entre todos os indivíduos. Este tipo de instituições também não pode ser administrado pelo Estado ou por uma Autarquia”.

Já Sousa (2014, p. 154), afirma que “Instituições particulares de solidariedade social (IPSS) são constituídas por iniciativa dos particulares ou de certas organizações religiosas ou outras. Não têm fim lucrativo. O seu verdadeiro móbil é realizar, de forma organizada, o dever ético e moral de solidariedade social entre os seres humanos, através da partilha de bens e da prestação de serviços. Os destinatários directos da acção de apoio das IPSS são especialmente as crianças, os jovens, as famílias, os idosos, os inválidos e, em geral, todos aqueles que carecem de meios de subsistência ou de capacidade de trabalho (Inválidos para o trabalho)”.

2.2. Caraterização das IPSS

Em 1983 foi criado o estatuto específico das IPSS. Este estatuto permite às organizações privadas estabelecerem “acordos de cooperação” com o Estado para a prestação de serviços sociais à população mais vulnerável e carenciada. Em 1998, o número de IPSS era de cerca de 2.992 e atualmente existem, aproximadamente 5.000 IPSS a nível nacional (Fernandes 2016).

De referir a possibilidade de equiparação a IPSS de outras formas jurídicas de organização socioeconómica, por exemplo, as cooperativas de solidariedade social, nas quais se inclui o movimento das CERCIs iniciado, em 1975, com a Cerci de Lisboa. (Fernandes 2016).

De seguida é apresentado na Tabela 1, as atividades atuais das IPSS

Tabela 1- Atividades Atuais das IPSS

Nº	ATIVIDADES ATUAIS DAS IPSS
1	Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo
2	Apoio à família
3	Apoio às pessoas idosas
4	Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade
5	Apoio à integração social e comunitária
6	Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho
7	Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa
8	Educação e formação profissional dos cidadãos
9	Resolução dos problemas habitacionais das populações
10	Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos

Fonte: Elaboração Própria a partir de Gomes e Pires.

Gomes e Pires (2014, p. 58), defendem que, “As IPSS caraterizam-se por prosseguirem os seguintes fins, através da concessão de bens e da prestação de serviços aos mais carenciados, sendo que as instituições podem prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos que

com aqueles sejam compatíveis, assim como outras atividades que concorram para a sua sustentabilidade e equilíbrio a nível financeiro.”

De seguida é apresentado na tabela 2 o âmbito e fins das IPSS.

Tabela 2 - Âmbito e Fins das IPSS

Fins	Âmbito			
	Segurança Social	Proteção na Saúde	Educação	Habilitação
	Apoio às Crianças e Jovens	Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação	Educação e formação profissional dos cidadãos	Resolução dos problemas habitacionais das populações
	Apoio às Famílias			
	Facilitar a integração social e comunitário			
	Proteção dos Cidadãos na Velhice e invalidez			
	Proteção em situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho			

Fonte: Gomes e Pires (2014, p. 58).

“As IPSS desenvolvem também uma importante acção nas áreas de promoção e protecção da saúde, prestando cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, de educação e formação profissional e de resolução de problemas habitacionais ('sem abrigos' e outros). A acção das IPPSS incide, pois, especialmente onde de forma mais grave falha o sistema social do Estado, visando colmatar essas lacunas” (Sousa, 2014).

Relativamente à forma jurídica, as IPSS podem assim assumir as seguintes formas (Segurança Social, 2016):

- ❖ Associações de solidariedade social;
- ❖ Associações mutualistas ou de socorros mútuos;
- ❖ Fundações de solidariedade social;
- ❖ Irmandades da Misericórdia;
- ❖ Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, designadamente Centros Sociais Paroquiais e Caritas Diocesanas e Paroquiais”.

2.3. A Prestação de Contas

A prestação de contas é o processo pelo qual uma entidade apresenta aos seus detentores de capital e a terceiros, o desenvolvimento da atividade e os resultados obtidos durante o exercício económico, bem como a posição financeira no final desse período comparando com os valores obtidos no período anterior.

Na verdade, a prestação de contas aos sócios/acionistas é um ato jurídico-societário por excelência e de consolidação das relações intersócios/acionistas com a própria sociedade, na perspectiva da prossecução dos objetivos estatutários, dos quais se releva o quinhão nos lucros e nas perdas, conforme dispõe a alínea a), do n.º 1, do art. 21.º e a alínea b) do art. 20.º, ambos do código das sociedades comerciais (CSC), respetivamente (Guimarães, 2009).

A prestação de contas presume a existência da decisão dos sócios/acionistas, estabelecendo uma relação biunívoca entre o órgão de gestão e os sócios/acionistas, ou seja, o órgão de gestão presta contas aos sócios/acionistas que, obrigatoriamente, terão de originar um feedback por parte dos sócios/acionistas, aprovando-as ou não, em assembleia-geral.

Os documentos de prestação de contas são divulgados e enviados aos restantes utentes, nomeadamente às quatro entidades da IES, após a respetiva aprovação em assembleia-geral, o que constitui um indicador efetivo e claro da importância desse distinto ato societário, tantas vezes maltratado na vida empresarial (Guimarães, 2009)

De seguida é apresentado no Quadro 6 os Documentos de Prestação de Contas.

Quadro 6 - Documentos de Prestação de Contas

Documentos de prestação de contas	Elaboração	Obs.
Relatório de gestão	OG	a)
Demonstrações financeiras	OG e CC	b)
Relatório e parecer do conselho fiscal/fiscal único	CF ou FU (ROC)	-
Certificação legal das contas	ROC	c)
Relatório anual da fiscalização efetuada (RAFE)	ROC	d)
Relatório de auditoria	ROC	e)

Fonte: Guimarães (2009).

Legenda: OG: Órgão de Gestão; CC: Contabilista Certificado; CF: Concelho Fiscal; FU: Fiscal Único, ROC: Revisão Oficial de Contas.

OBS: a) A responsabilidade pela elaboração do Relatório de Gestão é exclusiva do Órgão de Gestão (OG).

b) O OG e o Contabilista Certificado (CC) têm a responsabilidade de elaborar as Demonstrações Financeiras.

c) A certificação legal das contas é da responsabilidade do ROC emitir um Relatório de Auditoria ou Certificação das contas.

d) O Relatório Anual sobre a Fiscalização Efetuada (RAFE) é um documento de prestação de contas elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC).

e) A elaboração do Relatório de Auditor Registado no Código dos Valores Mobiliários (CMVM) sobre Informação Intercalar é da responsabilidade do ROC.

Segundo Guimarães (2009), “no âmbito do art. 65.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), compete ao órgão de gestão o dever de elaborar e submeter aos órgãos sociais os documentos de prestação de contas, determinando:

1 - Os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício anual;

2 - A elaboração do relatório de gestão, das contas do exercício e dos demais documentos de prestação de contas deve obedecer ao disposto na lei, o contrato de sociedade pode complementar, mas não derrogar, essas disposições legais;

3 - O relatório de gestão e as contas do exercício devem ser assinados por todos os membros da administração; a recusa de assinatura por qualquer deles deve ser justificada no documento a que respeita e explicada pelo próprio perante o órgão competente para a aprovação, ainda que já tenha cessado as suas funções;

4 - O relatório de gestão e as contas do exercício são elaborados e assinados pelos gerentes ou administradores que estiverem em funções ao tempo da apresentação, mas os antigos

membros da administração devem prestar todas as informações que para esse efeito lhes forem solicitadas, relativamente ao período em que exerceram aquelas funções.

5 - O relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas devem ser apresentados ao órgão competente e por este apreciados, salvo casos particulares previstos na lei, no prazo de três meses a contar da data do encerramento de cada exercício anual, ou no prazo de cinco meses a contar da mesma data quando se trate de sociedades que devam apresentar contas consolidadas ou que apliquem o método da equivalência patrimonial.

As IPSS e outras entidades que são financiadas pelo Instituto da Segurança Social (ISS), IP tem que cumprir um conjunto de obrigações contabilísticas perante o ISS, IP. Os documentos para prestação de conta das IPSS são:

- ❖ Declaração de responsabilidade da instituição pela publicitação das contas em site próprio (disponível para download na plataforma OCIP no separador Anexos);
- ❖ Certificação Legal de Contas (quando aplicável);
- ❖ Parecer do Conselho Fiscal;
- ❖ Ata de Aprovação das Contas pelo Órgão de Administração ou Ata de Aprovação de Contas pela Assembleia Geral de Associados;
- ❖ Anexo conforme modelo ESNL nos termos da Portaria nº 220/2015 de 24 de julho; 6. Balancete analítico de encerramento de exercício;
- ❖ Balancete analítico imediatamente anterior ao encerramento de exercício;
- ❖ Mapa de trabalho voluntário (facultativo).

2.3.1. O Contributo da Contabilidade para a Gestão das IPSS

A contabilidade pode ser vista como um sistema de informação que reúne e comunica informação económica e financeira sobre uma entidade a um conjunto diversificado de pessoas com interesses sobre essa mesma entidade como, por exemplo, clientes e fornecedores, a maioria da informação relacionada com uma determinada empresa/instituição resulta da própria organização, nomeadamente, traduzida pelo departamento da contabilidade (Muehombo, 2013).

Segundo Borges et al, (2010, cit. por Campos e Alves, 2019), o sistema contabilístico constitui o sistema de informação mais eficiente para mensurar e reportar a realidade económica-financeira-patrimonial das organizações, a contabilidade deve ser vista como um sistema de informação fundamental para tomada de decisões, por fazer a conexão entre a informação, a organização e os utilizadores dessa informação.

A contabilidade é um instrumento importante para a prestação de contas e tem um papel fundamental, visto que proporciona a transparência de todas as atividades da entidade por meio das demonstrações contabilísticas e financeiras, clarificando assim a origem dos bens para o auxílio dos stakeholders na tomada de decisão.

Durante muitos anos, as ESNL não tiveram grandes exigências de informação e controlo por parte dos financiadores ou utilizadores dos serviços. O número de organizações era reduzido de modo que não havia alternativa de escolha por parte dos utilizadores, financiadores ou doadores.

A contabilidade tem sido alvo de inserção nas Entidades Sem Fins Lucrativas (ESFL), assumindo uma grande importância na organização interna, tendendo a um melhor desempenho, transparência e à consciencialização em prestar informação fidedigna aos stakeholders para um forte impacto na sociedade (Muehombo, 2013).

Para Filho (2004, cit. por Carneiro et al, 2011), “Prestação de contas efetivas e transparentes são os desafios do milênio para todos os tipos de organização, visto que, cada vez mais há disputa pela confiabilidade e credibilidade em qualquer que seja o campo de atuação. Para as organizações do Terceiro Setor, este princípio é uma premissa básica a ser cumprida em busca da credibilidade face à sociedade”.

Oliveira (2009, cit. por Carneiro et al, 2011), “exemplifica que existem dois tipos de prestações de contas: a prestação de contas financeira, que se refere à forma, ao destino, à distribuição e ao uso dos recursos financeiros, e a prestação de contas não financeira que são relatórios nos quais se relata o desenvolvimento das atividades realizadas pelas entidades. Nestes relatórios, as organizações descrevem como e o que foi realizado e para quem foram realizadas suas atividades, ou seja, o foco é no resultado obtido”.

Como contributo da contabilidade para a gestão das IPSS destacam-se os seguintes:

- ❖ Maior transparência na informação contabilística e prestação de contas destas entidades;
- ❖ Melhor mensuração de desempenho contribuindo para uma melhor gestão das IPSS;
- ❖ Maior controlo por parte dos financiadores ou utilizadores dos serviços prestados pelas IPSS;
- ❖ Prestação de informação fidedigna aos stakeholders;

- ❖ Dar maior visibilidade aos recursos e atividades realizadas permitindo a intervenção dos stakeholders na tomada de decisão para melhor cumprimento das suas responsabilidades.

Os planos de contas relacionados com o setor não lucrativo foram:

- ❖ Plano de Contas das IPSS (PCIPSS);
- ❖ Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS);
- ❖ Norma Contabilística para Entidades sem Fins Lucrativos (NCRF – ESNL).

2.3.2. O Plano de Contas das IPSS (PCIPSS)

A necessidade de equipar as IPSS de normas que tornam fácil a organização contabilística resultou na elaboração e implementação do PCIPSS, tendo em conta a especificidade do setor e a diversidade de atividades desenvolvidas conduziram a diferentes adaptações do POC possibilitando assim a apresentação das contas segundo conceitos e procedimentos uniformes, aceites e praticados por todas as IPSS.

De acordo com Pires e Gomes (2014), o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS), foi aprovado pelo Decreto – Lei nº 78/89, de 3 de março, vulgo PCIPSS.

Este plano de contas data de 1989, tendo resultado da necessidade de dotar estas instituições de normas que possibilitassem a apresentação das suas contas de acordo com conceitos contabilísticos e procedimentos uniformes, aceites e praticados por todas as entidades” (Pires e Gomes 2014).

Este plano de conta tem como principais objetivos os seguintes:

- ❖ Uniformizar conceitos;
- ❖ Normalizar procedimentos contabilísticos;
- ❖ Dotar as instituições de informação contabilística que tenha em conta as necessidades de gestão do sistema possibilitando análises de custos relativas às atividades desenvolvidas; - permitir a modernização do sistema;
- ❖ Contribuir para uma mais fácil leitura das contas das IPSS por parte aos seus corpos gerentes, dos utilizadores dos seus serviços e até das entidades interessadas na Ação por elas prosseguida.

O PCIPSS possibilita que as instituições disponham de um conjunto de elementos para a sua gestão, o mesmo é constituído por dez classes, que consistem em:

- ❖ Classe 1 – Disponibilidades: abrange as disponibilidades imediatas e as aplicações de tesouraria de curto prazo;
- ❖ Classe 2 – Terceiros: tem a finalidade de registar as operações relacionadas com os compradores e utilizadores de bens vendidos e serviços prestados pelas instituições;
- ❖ Classe 3 – Existências: destina-se para registar as compras, os inventários inicial e final (inventário intermitente) e o inventário permanente;
- ❖ Classe 4 – Imobilizações: procura registar os bens de utilização contínua ou permanece na instituição por prazos mais ou menos longos e que servem como meios de realização dos seus objetivos;
- ❖ Classe 5 - Fundo social, reservas e resultados transitados; nesta classe é representado o montante dos ativos líquidos da instituição com origem em duas fontes principais:
 - O financiamento inicial; e
 - As reservas;
- ❖ Classe 6 - Custos e perdas: compreende os trabalhos relevantes para os objetivos da instituição relativamente aos quais se obteve a cooperação de outras entidades, privadas ou não submetidas a compromissos formalizados ou a simples acordos;
- ❖ Classe 7 - Proveitos e ganhos: registam-se as vendas de mercadorias e produtos inerentes a atividades desenvolvidas pela instituição e ainda os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos;
- ❖ Classe 8 – Resultados: tem como objetivo concentrar, no fim do exercício, os custos e proveitos registados nas contas 61 a 67 e 71 a 76, bem como a variação de produção;
- ❖ Classe 9 - Contabilidade analítica: tem como finalidade possibilitar a imputação a “centros de custos e de proveitos” das contas de custos e proveitos movimentadas na contabilidade geral;
- ❖ Classe 0 - Contas extrapatrimoniais.

De seguida é apresentado no Quadro 7, as classes que enquadram no Balanço e na Demonstração do Resultado.

Quadro 7 - Classes de Balanço e da Demonstração de Resultado

ESTRUTURA GERAL DAS CONTAS			
Tipo de Factos	Natureza da Informação	Classes de Contas	
PATRIMONIAIS	BALANÇO	Cód.	Designação
		1	Disponibilidades
		2	Terceiros
		3	Existências
		4	Imobilizações
		5	Fundo Social
	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	6	Custos e Perdas
		7	Proveitos e Ganhos
EXTRAPATRIMONIAIS	ANEXOS	8	Resultados
		0	Contas Extrapatrimoniais

Fonte: Elaboração própria.

Os aspetos relevantes que são fundamentais para a elaboração da análise económico-financeira devem explícitos e retratado no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, sendo eles os seguintes:

- ❖ Indicação e comentário das situações em que, não haja comparabilidade entre as quantias constantes do balanço e da demonstração de resultados do exercício com as do exercício anterior;
- ❖ Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões;
- ❖ Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados, originariamente expressas em moeda estrangeira;
- ❖ Indicação do número médio de pessoas ao serviço da Instituição, no exercício, repartido por valências;
- ❖ Indicação do número médio de utentes por valências, no exercício;
- ❖ Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões;
- ❖ Discriminação da conta 4154 - "Fundos" e indicação das respetivas afetações;

- ❖ Discriminação das dívidas incluídas na conta "Setor Público Administrativo" em situação de mora;
- ❖ Desdobramentos das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;
- ❖ Demonstração da variação da produção;
- ❖ Demonstração dos resultados extraordinários;
- ❖ Indicação do movimento da conta 23 - Empréstimos obtidos, ocorrido no ano;
- ❖ Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

2.3.3. Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS)

O Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 12/2002 de 25 de janeiro, elaborado e adaptado em conformidade com as normas, regras, métodos, conceitos e princípios considerados no Plano Oficial de Contabilidade Pública, que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro.

Com a aprovação do POCISSSS, as instituições que constituem a estrutura do sistema de solidariedade e de segurança social beneficiam de um importante instrumento de gestão direcionado para o futuro e preparado para acompanhar o processo de mudança no setor da economia social.

O POCISSSS, vem colmatar as limitações existentes no atual Plano de Contas das Instituições de Segurança Social (PCISS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/88, de 29 de janeiro, cuja conceção assentava já no registo digráfico, tendo como modelo o Plano Oficial de Contabilidade. As alterações legislativas produzidas nesta segunda metade da década de 90, considerando novas respostas sociais, vinham tornando cada vez mais evidente a dificuldade de gerir o sistema de informação financeira da segurança social a partir de adaptações sucessivas do PCISS (Ministério das Finanças, 2002).

Para além das vantagens que resultam do tratamento normalizado de toda a informação financeira para efeitos de integração na contabilidade nacional, os benefícios que resultam da

adoção do sistema que visa criar as condições para a integração dos diferentes aspetos são evidentes para:

- ❖ Contabilidade Orçamental,
- ❖ Contabilidade Patrimonial;
- ❖ Contabilidade Analítica;
- ❖ Instrumento primordial de Controlo Orçamental; e uma
- ❖ Fonte fiável de Informação Económico-financeira para a Gestão.

O Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, na esteira do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), vem consagrar a integração das contabilidades orçamental, patrimonial e analítica, por forma a dar uma resposta adequada às necessidades de gestão e controlo orçamental, para além de proporcionar um acréscimo de transparência da situação financeira do sistema (MF, 2002).

No POCISSSS, são definidos:

- ❖ Os documentos de prestação de contas, que são:
 - a) Balanço;
 - b) Demonstração de resultados;
 - c) Mapas de execução orçamental (receita e despesa);
 - d) Mapa dos fluxos de caixa;
 - e) Anexos às demonstrações financeiras;
 - f) Relatório de gestão;
 - g) Parecer do órgão fiscalizador. Estes documentos deverão ser assinados pelo órgão leal ou estatutariamente competente para a sua apresentação.

- ❖ Os documentos previsionais e de controlo de execução orçamental;
- ❖ O quadro e código de contas – na elaboração do quadro de contas do POCISSSS, tendo em conta os objetivos do sistema, detalha as seguintes contas:

- a) As contas da classe 7 – no que diz respeito às receitas de contribuições e de transferências do Orçamento do Estado;
- b) As contas da classe 6 – no que diz respeito aos custos relativamente às prestações sociais;
- c) As contas da classe 9 – no que diz respeito a criação dos centros de custos que se considerem mais relevantes.

Tendo, ainda, em vista dar resposta às exigências da contabilidade orçamental, este Plano contempla a compatibilização da especificidade das receitas e despesas do sistema de solidariedade e de segurança social, nomeadamente as contribuições e as prestações sociais, com a estrutura do classificador económico das receitas e das despesas do Estado, que estiver em vigor (MF, 2002).

O Quadro 8 reflete algumas diferenças quando o PCIPSS é comparado com o POCISSSS.

Quadro 8 - PCIPSS quando comparado com o POCISSSS

PCIPSS quando comparado com o POCISSSS	
PCIPSS	POCISSSS
Normaliza os procedimentos contabilísticos	Compreende as considerações técnicas
Dota as instituições de informação contabilística que tenha em conta as necessidades de gestão do sistema	Princípios e regras contabilísticos
Possibilita realizar análises de custos relativas às várias atividades desenvolvidas pelas IPSS	Critérios de valorimetria (atribuição de valor a um bem ou mercadoria, segundo determinados critérios)
Contribui para que as contas das IPSS apresentem de mais fácil leitura	As normas de consolidação de contas
Ajusta as necessidades das IPSS	Prevê a criação dos centros de custos que se considerem mais relevantes, a desenvolver através da classe 9
Reflete os princípios, a estrutura e os conceitos do POC	Procura responder às exigências da contabilidade orçamental
Possibilita que as instituições disponham de um conjunto de elementos importantes para a sua gestão	Recomenda uma estrutura orçamental de forma a dar resposta às necessidades de controlo económico-financeiro das instituições do sistema

Fonte: Elaboração Própria.

2.3.4. A Norma Contabilística para Entidades sem Fins Lucrativos (NCRF – ESNL)

Segundo Araújo et al (2012, p. 20), “Não obstante as ESNL não terem o lucro como escopo, o facto de responderem a finalidade de interesse geral que transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou a prestação de serviços, bem como o atual contexto socioeconómico em que se verifica a crescente importância do comumente designado «terceiro setor»,

traduzido na disseminação das entidades e no aumento do peso que desempenham na economia, é cada vez mais justificado o reforço das exigências de transparência relativamente às suas atividades e aos recursos que utilizam mediante um processo de prestação de contas através do qual as entidades disponibilizem a todos os interessados (stakeholders) informação fidedigna sobre a gestão dos recursos que lhes são confiados, bem como sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades”.

É nesse espírito, a par de uma reforma do sistema contabilístico português, que nos termos previstos no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a arquitetura e estrutura do regime da normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo é a que consta do anexo II do citado diploma legal. Em resumo, os pilares do regime são os seguintes:

- 1) Apresentação;
- 2) Características específicas das entidades do setor não lucrativo;
- 3) Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF);
- 4) Modelos de demonstrações financeiras (MDF);
- 5) Código de contas (CC);
- 6) Norma contabilística para entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL) e
- 7) Normas interpretativas (NI)” (Pires e Gomes, 2014).

“A normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo insere-se na aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que veio suceder ao Plano Oficial de Contabilidade” (Pires e Gomes, 2014).

“A importância, implantação e peso que as ESNL desempenham há algum tempo na economia justificam a fundamentação e as exigências de transparência relativamente às atividades que realizam, bem como os recursos que utilizam. Assim, as ESNL apresentam, basicamente, três características distintivas relativamente às entidades com finalidades lucrativas:

- ❖ O seu financiamento pode resultar do seu próprio património ou de recursos atribuídos por pessoas singulares ou coletivas;
- ❖ Respondem a finalidade de interesse geral que transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços, o que se traduz numa interpretação não económica do conceito «benefício»;

- ❖ Ausência de título de propriedade-controlo que possam ser comprados, cedidos, trocados ou de que se espere algum tipo de contraprestação económica no caso de a entidade cessar as suas atividades e ser objeto de liquidação” (Pires e Gomes, 2014).

A Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – “Através do Aviso n.º 6726-B/2011, Diário da República, 2.ª série - N.º 51 - 14 de março 2011, foi publicada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo, tem como objetivo estabelecer os principais aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação, com as adaptações inerentes às ESNL” (Casteleiro, 2017).

Gonçalves et al (2013), afirma que, “Para o setor não lucrativo ou social foi emitida uma norma de contabilidade e relato financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL), que inclui um regime contabilístico para as pequenas entidades (rendimentos iguais ou inferiores a 150.000€). Este regime destina-se a um conjunto de entidades designadamente”:

- ❖ Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- ❖ Associações Desportivas;
- ❖ Associações Mutualistas;
- ❖ Outras Entidades sem Fins Lucrativos.

3. Indicadores Económico-Financeiros

Para exprimir as diferentes dimensões da situação económico-financeira da empresa ou qualquer entidade, pode-se recorrer à elaboração de rácios. O objetivo dos rácios é conseguir uma informação distinta e complementar da informação contida nos valores absoluto e com evidente utilidade para a análise económica e financeira da empresa (Silva, 2013).

3.1. Equilíbrio Financeiro

“O estudo do equilíbrio financeiro de curto prazo pode ser visto como tendo por base duas óticas distintas de análise:

- A abordagem tradicional (ou patrimonial), que se baseia na análise das massas do Balanço, e que tem como indicador base o Fundo de Maneio (FM);
- A abordagem funcional, assenta na elaboração do Balanço Funcional, um instrumento de análise organizado segundo os ciclos financeiros da empresa e cujos indicadores

considerados são Fundo de Maneio Funcional (FMF), as Necessidades de Fundo de Maneio (NFM) e a Tesouraria Líquida (TL)”(Fernandes et al, 2016, p. 85).

Fernandes et al (2016, p. 87), defendem que, “O indicador que mede o montante de capitais permanentes em excesso sobre o ativo não corrente, e que financia parte dos ativos correntes designa-se de Fundo de Maneio (FM) pelo que, pela abordagem tradicional ao equilíbrio financeiro de curto prazo, essa margem de segurança existirá se o FM for positivo”.

O fundo de maneio baseia-se no princípio de que o financiamento dos ativos deve ser realizado tendo em conta, o tempo esperado que esses ativos estejam à disposição da empresa ou entidade, ou seja, o FM é o grau de diferença constituído pelo excedente dos ativos circulantes em relação às dívidas de curto prazo. O FM é calculado do seguinte modo: $FM = \text{Ativo corrente} - \text{Passivo corrente}$.

“O fundo de maneio funcional está relacionado com os ciclos de prazo mais longo, medindo o montante de recursos estáveis em excesso sobre as aplicações fixas líquidas que financia parte das necessidades cíclicas” (Fernandes et al , 2016, p. 87).

O fundo de maneio funcional é a diferença constituída pelos capitais permanentes em relação ao ativo fixo, este indicador financia as NFM e assume as características de investimento permanente. É calculado do seguinte modo: $FMF = \text{Recursos Estáveis (RE)} - \text{Aplicações Fixas Líquidas (AFA)}$.

“As necessidades de fundo de maneio (NFM) estão relacionadas com as necessidades de financiamento do ciclo de exploração” (Fernandes et al, 2016, p. 87).

As necessidades de fundo de maneio procuram dar a conhecer as necessidades de financiamento do ciclo de exploração, que exige uma quantidade de meios financeiros para executar os pagamentos das despesas operacionais. Assim, as NFM são calculadas do seguinte modo: $NFM = \text{Necessidades Cíclicas (NC)} - \text{Recursos Cíclicos (RC)}$.

A Tesouraria Líquida está relacionado com o ciclo de financiamento de curto prazo, ou seja, é a diferença entre o fundo de maneio funcional e as necessidades de fundo de maneio.

Se a diferença for positiva, significa que existe um excedente de tesouraria depois de financiadas as atividades de exploração, caso contrário, existe uma insuficiência de recursos para financiar a atividade. É calculado do seguinte modo: $TL = FMF - NFM$.

Para este estudo optou-se por destacar quatro tipos de rácios:

3.2.Rácios de Liquidez

O rácio de liquidez tem por finalidade proporcionar ao analista uma visão sobre a capacidade da empresa cumprir com os seus compromissos para com os seus credores externos no curto prazo. Este rácio é constituído por três indicadores:

A liquidez geral permite compreender a capacidade dos ativos circulantes da empresa se converterem em liquidez, com as obrigações exigíveis no curto prazo. Quando o valor obtido deste indicador é superior a 100%, traduz uma boa situação financeira. É possível obter o resultado deste indicador por meio da seguinte fórmula: $\text{Liquidez Geral} = \text{Ativos Correntes} / \text{Passivos Correntes} * 100$.

A liquidez reduzida indica a capacidade de a empresa solver os seus compromissos de curto prazo, permite examinar o peso das suas disponibilidades e créditos sobre terceiros. Este indicador difere do indicador de liquidez geral pelo facto de permitir examinar o efeito ou o peso dos inventários nos ativos correntes da empresa. Se o valor deste indicador for abaixo de 100% significa que, a empresa consegue cumprir com os seus compromissos de curto prazo, caso seja superior que 100% significa que a empresa apresenta uma capacidade excelente de liquidez, para fazer face às responsabilidades assumidas. Este indicador é calculado por meio da seguinte fórmula: $\text{Liquidez Reduzida} = (\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários}) / \text{Passivos Correntes} * 100$.

A liquidez imediata permite estabelecer uma relação entre os montantes dos capitais exigíveis a curto prazo, e os meios financeiros líquidos da empresa solver os seus compromissos de curto prazo com as disponibilidades existentes. Quanto maior for o valor deste indicador, maior será a liquidez da empresa. É possível calcular este indicador por meio da seguinte fórmula: $\text{Liquidez Imediata} = \text{Meios Financeiros Líquidos} / \text{Passivo Correntes} * 100$.

3.3.Rácios de Estrutura ou Endividamento

Os rácios de endividamento e estrutura financeira, também, são designados por rácios financeiros traduzem os aspetos estritamente financeiros, nomeadamente, a médio e longo prazo, tais como:

O rácio de autonomia financeira procura disponibilizar informações quanto à disposição dos ativos que são financiados por meio do capital próprio da empresa. Este rácio mede o nível de endividamento da empresa, e é o mais utilizado pelas instituições bancárias ao apreciarem o risco de uma operação de crédito e o seu valor deverá ser superior 0,33 caso contrário, a

empresa encontra-se numa situação difícil, pois depende excessivamente de capitais alheios. É calculado baseando-se na seguinte fórmula: $\text{Autonomia Financeira} = \text{Capitais Próprios} / \text{Ativo} * 100$

O rácio de solvabilidade avalia a capacidade da empresa de solver os seus compromissos de médio e longo prazo e determinam a sua independência face a terceiros. Nabais e Nabais (2002), acrescentam, ainda, que estes tipos de rácios estão relacionados com equilíbrio do financiamento por capitais próprios e alheios e respetiva evolução. O rácio de solvabilidade pode ser calculado partindo da seguinte fórmula: $\text{Rácio de solvabilidade} = \text{Capital Próprio} / \text{Passivo Total} * 100$.

A estrutura financeira ou debt to equity ratio indica o grau de financiamento da empresa por capitais alheios (Silva, 2013). Este indicador é calculado através da seguinte fórmula: $\text{Debt to Equity Ratio (ou rácio de estrutura financeira)} = \text{Passivo Total} / \text{Capital Próprio} * 100$.

O peso do passivo remunerado permite avaliar o peso do passivo remunerado, relacionando-se os empréstimos bancários, os empréstimos obrigacionistas e as locações financeiras de curto, médio e longo prazo com o total do passivo da empresa (Carmo, 2013). É calculado baseando-se na seguinte fórmula: $\text{Empréstimo} / \text{Passivo Total} * 100$.

O período de recuperação de empréstimo é utilizado quando o analista de crédito prefere analisar a capacidade de cobertura da dívida em termos de observação minuciosa do que históricos. Para isso, é necessário considerar a estimativa do número de anos em que a empresa é capaz de pagar as suas dívidas. É calculado baseando-se na seguinte fórmula: $\text{Período de Recuperação de Empréstimos} = \text{Empréstimo} / \text{Cash – Flow (autofinanciamento)}$.

A cobertura de juros mede quanto o lucro operacional pode decair antes que a empresa se torne incapaz de honrar suas despesas financeiras. É sugerido um valor mínimo de 3 sendo que, um valor abaixo pode ser preocupante e é preferível um máximo de 5. Este indicador pode ser calculado por meio da seguinte fórmula: $\text{Cobertura de Juros} = (\text{Juros Suportados} / \text{EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortização, também conhecido como Lajida)}) * 100$.

3.4. Rácios de Rendibilidade

Os rácios de rendibilidade são utilizados para determinar a eficiência com que a empresa está a utilizar os seus ativos, e revelam aspectos da situação económica e relacionam resultados com a actividade que o gere ou resultados com os capitais investidos e que tornaram possível a actividade (Silva, 2013).

Para Nabais e Nabais (2005), “A rendibilidade é um dos conceitos mais importantes para proceder a uma análise económica e financeira. A sua análise permiti-nos avaliar o desempenho económico e financeiro da empresa, identificando de forma coerente e integradora os grandes fatores que a influenciam”.

O rácio de rendibilidade dos capitais próprios mede a rentabilidade dos capitais próprios, permite o acionista analisar o mercado comparando o rendimento obtido com outros investimentos disponíveis no mercado. É o indicador mais utilizado, procura explicar o desenvolvimento da empresa integrando vários fatores que influenciam o desenvolvimento da mesma. Calcula-se por meio da seguinte fórmula: $\text{Rendibilidade dos Capitais Próprios} = (\text{Resultado Líquido do Período} / \text{Capitais Próprios}) * 100$.

“A rendibilidade económica dos capitais ou rendibilidade do ativo mede a capacidade que todos os recursos investidos no ativo têm de gerar um rendimento expresso em termos monetários, ou seja, reflete a capacidade que todos os capitais postos à disposição da empresa têm de obter uma margem de lucro por cada unidade monetária investida” (Nabais e Nabais, 2005). Calcula-se a rendibilidade do ativo por meio da seguinte fórmula: $\text{R. Ativo} = (\text{Resultado Operacional} / \text{Ativo}) * 100$.

A rendibilidade operacional das vendas (ROV) “este rácio avalia o retorno em termos de resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) obtido por intermédio do volume de negócios realizado no período sendo que, quanto maior o valor do indicador, maior a propensão para o negócio gerar resultados. Este rácio pode ser interpretado como o ganho obtido em termos operacionais por cada unidade monetária vendida” (Fernandes et al, 2016, p. 204). É calculado por meio da seguinte fórmula: $\text{ROV} = (\text{Resultado operacional} / \text{volume de negócios}) * 100$.

“A rendibilidade líquida das vendas (RLV) avalia o retorno em termos de resultado líquido do volume de negócios realizado. Assim, quanto maior o valor do indicador, maior a propensão para o negócio gerar resultados” (Fernandes et al, 2016, p. 204). Calcula-se por meio da seguinte fórmula: $\text{RLV} = (\text{Resultado Líquido do período} / \text{Volume de Negócio}) * 100$.

3.5. Rácios de Funcionamento ou de Atividade

“O rácio de funcionamento ou de atividade - possibilita a avaliação da eficiência com que a empresa gere os ativos que possui, permitindo, portanto, explicar alguns impactos financeiros da gestão ao nível do ciclo de exploração” (Carmo, 2013).

O prazo médio de recebimento é considerado o mais importante no grupo dos indicadores de atividade, o mesmo tem como objetivo principal medir o tempo médio que os clientes demoram a pagar à empresa, por meio deste indicador é possível tirar algumas conclusões acerca do poder negocial da empresa perante aos seus clientes. É calculado baseando-se na seguinte fórmula: $PMR = \text{Clientes} / (\text{Vendas} + \text{serviços prestados}) * (1 + \text{tx. IVA}) * 365 \text{ dias}$.

O prazo médio de pagamento procura informar o tempo médio que a empresa demora a pagar as suas dívidas aos seus fornecedores, permitindo tirar conclusões relativa ao poder negocial da empresa perante aos seus fornecedores. É calculado baseando-se na seguinte fórmula: $PMP = \text{Fornecedores} / (\text{Compras} + \text{Fornecimentos e Serviços Externos}) * (1 + \text{tx. IVA}) * 365 \text{ dias}$.

O prazo médio de inventários, “Os indicadores de atividade mais utilizados que permitem retirar ilações relativamente à permanência de inventários em armazém são: a duração média de inventários, que se traduz no tempo médio que os inventários ficam em armazém, e a rotação dos inventários, que transmite informação relativamente ao número de vezes que o inventário é renovado num determinado período de tempo, normalmente o ano contabilístico” (Carmo, 2013). Este indicador pode ser calculado baseando na seguinte fórmula: $PMI = \text{Inventários (Média do Período)} / \text{CMVM} * 365 \text{ dias}$.

A rotação do ativo demonstra o grau de utilização dos ativos da empresa, permitindo fazer uma análise sobre a adequação do volume de vendas obtidos pela empresa. Calcula-se por meio da seguinte fórmula: $\text{Rotação de Ativo} = (\text{Volume de negócios} / \text{Ativo}) * 100$.

As IPSS são entidades de economia social pelo que é importante analisarmos o peso dos subsídios, dos gastos com o pessoal e dos gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos no funcionamento dessas entidades, pelo que se aferiu o grau de dependência ou de independência daquelas rubricas face aos rendimentos totais das instituições de modo a melhor conhecer os fatores críticos de sucesso na gestão dos seus recursos.

O peso da dependência do subsídio social, respeita à relação do subsídio social, enquanto fonte de rendimento e de financiamento das IPSS. Calcula-se o peso da dependência do subsídio por meio da seguinte fórmula: $\text{Subsídio social} / \text{Rendimento total} * 100$.

O peso dos gastos com o pessoal nos rendimentos totais, permite conhecer a relação dos gastos com o pessoal face aos rendimentos totais das entidades, ou seja, a proporção dos gastos com o pessoal nos rendimentos totais. E é calculado por meio da seguinte fórmula: $\text{Gastos com o pessoal} / \text{Rendimento total} * 100$.

Finalmente, o peso dos gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos nos rendimentos totais, permite perceber o impacto desses gastos nos rendimentos totais da entidade. Calcula-se por meio da seguinte fórmula: $\text{Gastos com o pessoal} + \text{Fornecimentos e serviços externos} / \text{Rendimento total} * 100$.

3.6.Social Return On Investment (SROI)

Os rácios que foram descritos detalhadamente no capítulo anteriores são tradicionalmente aplicáveis numa análise económico-financeira às empresas ou entidades com fins lucrativos. Visto que as entidades de economia social não têm como finalidade o lucro, mas sim, o desenvolvimento da sociedade em geral apresentamos em seguida outra análise a partir do indicador SROI.

A redução do financiamento disponível para as áreas sociais da economia cria novas exigências: às organizações que prestam serviços na economia social – associações, IPSS, cooperativas, entre outras - pede-se maior capacidade de gerir os projetos, de demonstrar impacto social e de se diferenciar perante projetos concorrentes. Às entidades que adquirem serviços de criação de valor social – administração pública, fundações, empresas - exige-se uma contratação seletiva e focada no retorno do investimento” (4Change, 2011).

O SROI é um rácio constituído por técnicas que permitem analisar e compreender melhor os impactos sociais em organizações, mede as mudanças por meio de formas que são relevantes para as pessoas ou as organizações, ou seja, esse rácio procura reduzir a desigualdade e a degradação ambiental e melhorar o bem-estar ao incorporar custos e benefícios sociais, ambientais e económicos.

Segundo Cox et al (2012, cit. por Morim, 2015), “o Social Return On Investment (SROI) surgiu na década de 1990, em San Francisco, com o objetivo de determinar os investimentos em organizações sociais, sendo um método que agrega princípios de medição de valor não financeiro, como os valores ambientais, sociais e económicos que não estão refletidos nas demonstrações financeiras convencionais. Baseia-se, na apuração e medição do retorno financeiro através da perceção e experiência dos stakeholders”.

O objetivo principal do SROI é a obtenção de valores social de uma entidade da economia social, que faz parte do setor da economia social procedendo, ainda, a uma avaliação e monitorização da mesma, assim como, obtendo resultados sobre o retorno obtido.

“O SROI é um processo de compreender, medir e reportar o valor social, ambiental e económico gerado pela intervenção de uma organização. Constitui uma análise custo-

benefício do valor social gerado, comparando o valor gerado pela intervenção (benefícios) com a despesa necessária (investimento) para obtê-lo. Por exemplo, um SROI de 1:3 indica que cada €1 investido produz €3 de valor social. O SROI abre, portanto, um novo campo de análise de impacto, para além do retorno do investimento – o ROI – financeiro” (4Change, 2011).

Há dois tipos de SROI que são:

- ❖ SROI de Avaliação – este tipo de indicador é conduzido através de factos passados e baseado em resultados reais, são necessários dados sobre resultados para a utilização deste indicador;
- ❖ SROI de Previsão – este indicador procura fornecer uma base para uma estrutura capaz de capturar resultados, prevê qual o valor social a criar, se as alternativas alcançam os resultados esperado. Normalmente é melhor começar a utilizar o SROI fazendo uma previsão de qual poderá ser o valor social, em vez de avaliar o que já foi feito, sendo que, a previsão assegura a existência de sistemas de coleta de dados corretos e preparados para realizar uma análise completa no futuro.

Para Brouwers et al (2010, cit. por Morim, 2015), a metodologia SROI permite às organizações da economia social:

- ❖ Medir os resultados das suas atividades de forma participativa, no sentido de melhorar os objetivos das suas organizações e fornecer oportunidades de aprendizagem a vários níveis com todos os seus parceiros de projeto. Uma análise SROI pode, também, ajudar a definir estratégias, a planear intervenções e a obter uma visão clara dos resultados;
- ❖ O SROI inclui dados qualitativos e quantitativos. A metodologia tem uma estrutura que permite demonstrar o valor económico e social para além dos métodos financeiros standard;
- ❖ O SROI ajuda no aumento da eficiência, eficácia e relevância do trabalho das instituições, apoiando todos os interessados na reflexão acerca das atividades e intervenções que contribuem para os impactos sociais pretendidos;
- ❖ Esta metodologia ajuda na comunicação com os stakeholders. Uma vez que identifica as alterações ao modelo de negócio, bem como as oportunidades de mercado que resultam em maiores benefícios sociais;

- ❖ Ao envolver ativamente os principais stakeholders, reforça as atividades, gera mais-valia, apoia a tomada de decisões e maximiza os objetivos sociais e financeiros;
- ❖ Ao participar numa análise SROI, ajuda os stakeholders a avaliarem e refletirem a sua contribuição nas organizações, gerando novas oportunidades de investimento refletindo-se no seu desempenho no que concerne a objetivos sociais e financeiros.

O SROI é o rácio entre o valor atual líquido dos benefícios e o valor atual líquido do investimento (compara o valor gerado com o valor do investimento). Realizado assim, este indicador associa, diretamente, os custos e benefícios sociais e pode ser calculado pela seguinte fórmula: $SROI = \text{Valor dos benefícios} / \text{Valor do investimento}$.

Por meio dos indicadores do rácio do SROI as entidades da economia social obtêm uma visão ampla do seu negócio, permitindo-lhes a identificar os benefícios gerados.

Os benefícios gerados pelas entidades da economia social são medidos, tendo em conta o valor económico e o valor socioeconómico que se define entre o valor económico e o valor social. De seguida na tabela nº 3 são apresentadas as medidas de valor do SROI.

Tabela 3 - Medidas de Valor do SROI

Medidas de Valor			
Tipo de Valor Criado	Medida	Definição	
Económico	Valor do negócio	Valor presente dos excedentes de caixa gerados pela atividade de negócio da entidade (Exclui custos pela causa social, subsídios e doações)	Valor combinado = Valor do negócio +
Socioeconómico	Valor da causa social	Valor presente da receita adicional e da redução de custos para o governo gerados pela atividade social retirando os custos desta atividade	Valor da causa social - Dívida a longo prazo

Fonte: Morin (2015)

Segundo Fregonesi et al (2004, Cit. por Morin, 2015), a metodologia SROI manifesta-se através de seis indicadores, que são:

- ❖ Valor do Negócio;
- ❖ Valor da Causa Social;
- ❖ Valor da Entidade (negócio social),
- ❖ Índice de Retorno do Negócio,
- ❖ Índice de Retorno da Causa Social, e
- ❖ Índice de Retorno da Entidade.

“Segundo os autores, estes indicadores servem de base para a medição do SROI das organizações sem fins lucrativos. Adicionalmente a estes indicadores devem ser efetuados relatórios onde constem: a missão, os diversos projetos e as abordagens do impacto gerado pelos investimentos efetuados. Por meio do relatório deverá ser possível demonstrar os itens que se pretendem medir” (Morin, 2015).

Uma análise do SROI apresenta muitas vantagens, visto que pode ser usada como ferramenta de planeamento estratégico para comunicar a criação de valor e ao mesmo tempo atrair investimento.

Como vantagens específicas do SROI podemos indicar que:

- ❖ Facilita as discussões estratégicas, ajuda a entender e maximizar o valor social que uma atividade cria;
- ❖ Ajuda a observar os recursos apropriados ao gerir resultados inesperados, tanto positivos, quanto negativos;
- ❖ Demonstra a importância de se trabalhar com outras organizações e pessoas que tenham uma contribuição a fazer ao criar uma mudança;
- ❖ Identifica os pontos comuns entre o que uma organização visa atingir e o que os stakeholders querem alcançar, ajudando a maximizar o valor social;
- ❖ Cria um diálogo formal com os stakeholders que lhe permite a eles reconhecer a iniciativa e envolvê-los, significativamente, no seu desenho ou processo.

II - ESTUDO EMPÍRICO

4. População e Amostra

A população do estudo empírico é composta pelas IPSS do Concelho de Setúbal, que constavam do site da Segurança Social (<http://www.seg-social.pt/servicos-de-atendimento?kw=setubal>, em 20 de Março de 2020), no total de 47, conforme Anexo I.

Uma amostra é constituída por um conjunto de sujeitos obtidos de uma população, consistindo num conjunto de operações que permitem escolher um grupo de sujeitos ou qualquer outro elemento representativo da população estudada (Freixo, 2012, pp.210-211).

Para o presente estudo, a nossa amostra é constituída pelas IPSS do Concelho de Setúbal que disponibilizam informação financeira, em 20/03/2020, relativos aos anos de 2016 a 2018, sendo composta por 19 IPSS, e que resulta da exclusão de 28 IPSS:

❖ 22, por não apresentarem informações financeiras nos seus sites, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - IPSS que não apresentam informações financeiras nos seus sites

Nº	IPSS	Forma Jurídica
7	Associação para o Jardim de Infância "O Baloço"	Associação
8	A.S.A.S.-Associação Setubalense de Apoio Social	Associação
11	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora de Fátima da Paróquia de Faralhão e Praias do Sado	Centro Social Paroquial
12	Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal	Associação
13	Centro Cultural e de Solidariedade Social de Nossa Senhora da Conceição	Associação
14	Centro Infantil da Quinta Nova	Associação
19	Instituto de Educação Cristã	Associação
23	Santa Casa da Misericórdia de Vila Nogueira de Azeitão	Misericórdia
24	SERVIR - Associação de Apoio à Toxicodependência	Associação
25	Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Setúbal	Associação
26	Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ilharco	Associação
27	Liga Amigos Hospital Ortopédico Santiago do Outão	Associação
28	Centro Social Paroquial de São Sebastião de Setúbal	Centro Social Paroquial
30	Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade de Setúbal	Associação
34	Centro Social o Bom Samaritano	Associação
39	SADO ACOLHE - Associação de Apoio a Crianças, Jovens e Idosos da Freguesia do Sado	Associação
40	Ger'Acções - Associação para Crianças, Jovens e Famílias	Associação
41	Casa Higia - Associação Solidariedade Social Funcionários Saúde do Distrito Setúbal	Associação
42	A.C.V.S. - Associação Caboverdiana de Setúbal	Associação
43	Associação de Moradores Luta do Povo	Associação
44	Espaço Integrar - Ass. de Familiares e Amigos para a Autonomia Pró-Saúde Mental	Associação
47	Centro Social Paroquial D. Manuel Martins	Centro Social Paroquial

Fonte: Elaboração Própria.

- ❖ 6, não disponibilizam de informações financeiras suficientes para realização do estudo no período de 2016 – 2018, conforme Tabela 5;

Tabela 5 - IPSS que não disponibilizam de informações financeiras suficientes para realização do estudo

Nº	IPSS	Forma Jurídica
1	Associação Central de Assistência de Setúbal	Associação
9	A.U.R.P.I.A. - Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão	Associação
15	Centro Jovem Tabor	Instituto de Organização Religiosa
21	Liga dos Amigos da Terceira Idade	Associação
22	Santa Casa da Misericórdia de Setúbal	Misericórdia
45	Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão	Associação

Fonte: Elaboração Própria.

As IPSS da Tabela nº 4 são na maioria associações (17, que representam 36%), centros sociais (3, cerca de 6%) e misericórdia (1, cerca de 2%).

As IPSS que não disponibilizam de informações financeiras suficientes para realização do estudo, são representadas por 4 (8%) associações, 1 (2%) instituto de organização religiosa e 1 (2%) misericórdia.

Assim, a nossa amostra é constituída por 19 IPSS, que está exposta na Tabela 6.

Tabela 6 – Amostra do Estudo

Nº	IPSS	Forma Jurídica
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	Associação
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	Associação
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	Associação
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	Associação
10	Casa de Santa Ana	Instituto de organização Religiosa
16	Centro Social Paroquial de São José	Centro Social Paroquial
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	Centro Social Paroquial
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	Instituto de organização Religiosa
20	Jardim de Infância O Sonho	Associação
29	Associação Baptista Shalom	Associação
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	Associação
33	Casa do Povo de Azeitão	Associação
35	Associação Meninos de Ouro	Associação
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Associação
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	Associação
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	Associação
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Associação
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	Associação
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	Associação

Fonte: Elaboração Própria.

5. Metodologia

Para alcançar os objetivos delineados adotaram-se os seguintes passos:

1. Procedeu-se à identificação das IPSS registadas no site da Segurança Social, a 20 de março de 2020, a partir do seguinte endereço - <http://www.seg-social.pt/servicos-de-atendimento?kw=setubal>;
2. Definiu-se a amostra, a partir do referido no capítulo anterior e do exposto no capítulo 4;
3. Identificámos o tipo de informação financeira disponibilizada - Orçamento, Relatório global de prestação de contas do último período, Relatório de atividades/gestão, Balanço, Demonstração de resultados por natureza, Demonstração de fluxos de caixa, Anexo, Demonstração de resultados por funções, Alteração do fundo patrimonial, Ata aprovação das contas (da Direção), Ata do conselho fiscal, Certificação legal de contas e Balancete;
4. Tendo em conta os indicadores definidos no capítulo 3 (FM, FMF, NFM, TL, Rácios de liquidez, Rácios de estrutura ou endividamento, Rácios de rentabilidade e Rácios de funcionamento ou atividade) e a informação financeira obtida nos sites das IPSS do Concelho de Setúbal procedeu-se ao seu apuramento para o período de 2016 a 2018;
5. Foi excluído o período de 2019 por falta de informação financeira devido atraso na disponibilização de prestação de contas por parte dessas IPSS, decorrente dos acontecimentos devidos à pandemia covid-19.

6. Análise e Discussão dos Resultados

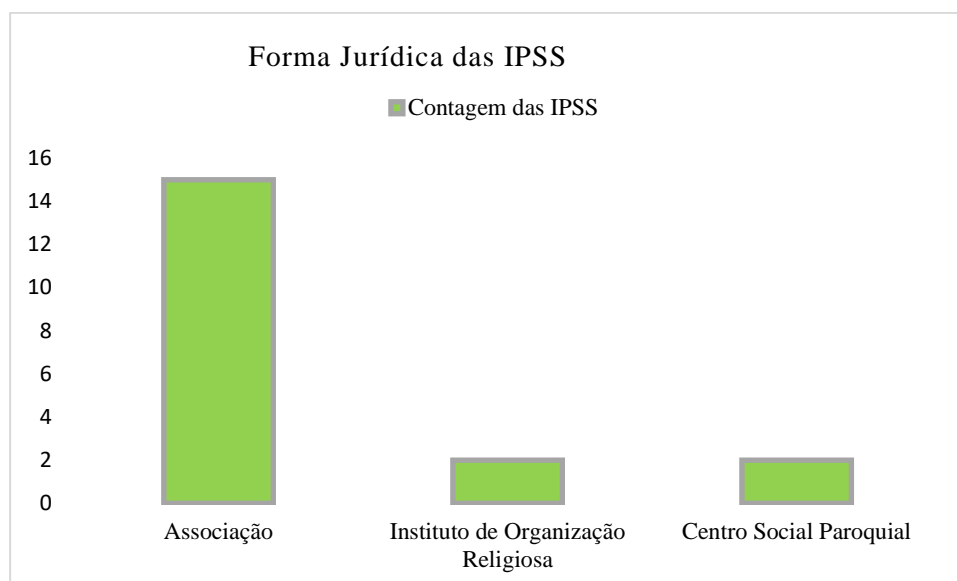
6.1. Caracterização das IPSS

A forma jurídica das IPSS no concelho de Setúbal é, predominantemente, a associação de solidariedade social (com um total de 37, que representa 79%) seguida pelos centros paroquiais (com um total de 5, que representa 11%), pelos institutos de organização religiosa (com um total de 3, que representa 6%) e, finalmente, as irmandades de misericórdias (com um total de 2, que representa 4%).

Através do Gráfico 1 apresentado podemos visualizar que a associação apresenta maior número de IPSS (com um total de 15 amostra), seguidos do instituto de organização religiosa e do centro social paroquial (ambos com 2 IPSS).

O Gráfico 1 apresenta a nossa amostra baseando-se na sua forma jurídica.

Gráfico 1 - Amostra do Estudo



Fonte: Elaboração Própria.

Apenas 19 IPSS, (que representam 40% do total da população) dispõem de informação financeira nos seus sites, sendo que 15 são associações de solidariedade social, 2 são institutos de organização religiosa, e 2 são centros paroquiais.

Um total de 6 IPSS, (que representam 13% do total da população) não dispõem de informações financeiras suficientes para realização do estudo.

Ao contrário de 22 IPSS (representam 47% do total da população) não dispõem de informação financeira nos seus sites (as associações de solidariedade social totalizam 19, os centros paroquiais são 2 e 1 é irmandade de misericórdia).

6.2. A Informação Financeira Disponibilizada pelas IPSS

Para realização da análise do perfil económico-financeiro das IPSS é necessário examinar, de forma detalhada, os dados financeiros relativos a estas entidades. A análise fundamenta-se nas demonstrações financeiras.

Foram analisadas as demonstrações financeiras de 19 entidades, como é apresentado no Anexo (II).

Seguidamente, na Tabela 7, são apresentados os principais elementos utilizados e disponibilizados pela maioria das entidades, bem como o total e média geral de informação financeira.

Tabela 7 - Informação Financeira Disponibilizada pelas IPSS

Informação Financeira Disponibilizada pelas IPSS	Total	Média geral de Informação Financeira disponibilizadas
Orçamento de atividades	19	76%
Relatório global de prestação de contas do último período	5	20%
Relatório de atividades/gestão	19	76%
Balanço	65	260%
Demonstração dos resultados por natureza	63	252%
Demonstração de fluxos de caixa	27	108%
Anexo	15	60%
Demonstração dos resultados por funções	2	8%
Alteração do fundo patrimonial	7	28%
Ata de aprovação das contas	11	44%
Ata do conselho fiscal	18	72%
Certificação legal de contas	4	16%
Balancete	17	68%
Informação financeira de três anos ou mais períodos	20	80%

Fonte: Elaboração própria.

6.3. Análise Económico-financeira das IPSS

O fundo de maneo corresponde ao montante de capitais permanentes que as entidades têm em excesso sobre o ativo não corrente e que financiam parte dos ativos correntes.

No que concerne ao fundo de maneo, constatamos que ao longo dos três anos em estudo, 11 IPSS (58% do total das IPSS) apresentam um FM positivo, o que significa que ao longo dos três anos, os capitais permanentes destas entidades conseguiram financiar, não apenas, os ativos não correntes, mas também, parte dos ativos correntes assegurando a liquidez necessária para fazer face aos diversos compromissos de curto prazo.

Em média, o fundo de maneo das IPSS variam entre 244.851 euros e 262.826 euros e o ano de 2018 foi aquele que, apresentou um FM mais elevado. Como é evidenciado no Quadro 9.

Quadro 9 - Fundo de Maneio

Nº	IPSS	Valores em euros		
		2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	-272.012	-340.346	-168.986
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	828.562	754.098	754.660
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	58.112	-31.120	-41.358
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanelinha"	-6.816	6.589	9.444
10	Casa de Santa Ana	-16.488	-4019	-26533
16	Centro Social Paroquial de São José	-68.475	-55.294	10.188
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	7.495	22.613	141.797
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	2.533.023	2.676.973	2.645.105
20	Jardim de Infância O Sonho	-254.089	-397.075	-445.204
29	Associação Baptista Shalom	377.633	327.375	311.924
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	-98.925	-105.304	-116.740
33	Casa do Povo de Azeitão	-313.568	-372.867	-460.218
35	Associação Meninos de Ouro	-16.977	-45.502	-56.677
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	86.405	11.5295	113.173
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	150.256	137.363	127.896
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	114.965	192.144	257.310
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	1.588.940	1-659.283	1.829.989
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	66.477	58.642	53.167
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	57.087	53.322	54.757
	Média das 19 IPSS	253.769	244.851	262.826

Fonte: Elaboração Própria.

O fundo de maneio funcional mede o montante de recursos estáveis em excesso sobre as aplicações fixas líquidas que financia parte das necessidades cíclicas.

Verificamos que ao longo dos três anos em estudo, 11 IPSS (58% do total das IPSS) apresentam um FMF positivo, logo, o montante de recursos estáveis em excesso sobre as aplicações fixas líquidas das entidades conseguiram financiar parte das necessidades cíclicas de médio / longo prazo às entidades.

As IPSS apresentam um fundo de maneio funcional que variam, em média, entre 244.820 euros e 263.066 euros, sendo que o ano de 2018 aquele que apresenta o FMF mais elevado, ou seja, onde os recursos estáveis em excesso conseguiram financiar melhor as necessidades cíclicas das entidades. Como é apresentado de seguido no Quadro 10.

Quadro 10 - Fundo de Maneio Funcional

Nº	IPSS	Valores em euros		
		2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	-272.012	-340.346	-168.986
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	828.562	754.098	754.660
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	58.112	-32.120	-41.358
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	-6.816	6.589	9.444
10	Casa de Santa Ana	-16.488	-4.019	-26.533
16	Centro Social Paroquial de São José	-68.475	-55.294	10.188
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	7.495	22.613	141.797
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	2.628.152	2.676.973	2.645.105
20	Jardim de Infância O Sonho	-254.089	-397.075	-445.204
29	Associação Baptista Shalom	377.633	327.375	311.924
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	-98.925	-105.304	-116.740
33	Casa do Povo de Azeitão	-313.568	-372.867	-460.218
35	Associação Meninos de Ouro	-16.977	-45.502	-56.677
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	86.947	115.703	115.739
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	203.409	137.363	127.896
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	114.965	192.144	257.310
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	1.588.940	1.659.283	1.831.989
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	66.477	58.642	53.167
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	57.087	53.322	54.757
	Média das 19 IPSS	261.601	244.820	263.066

Fonte: Elaboração Própria.

As necessidades de fundo de maneo, procuram dar a conhecer as necessidades de financiamento do ciclo de exploração.

Ao longo dos três anos em estudo comprovamos que, 13 IPSS (68% do total das IPSS) apresentam uma necessidade de fundo de maneo negativo NFM, o que significa que a quantidade de meios financeiros para executar os pagamentos das despesas operacionais das entidades tem sido capaz de financiar as necessidades do ciclo de exploração.

Nos três anos as IPSS apresentam uma média negativa, principalmente, no ano de 2018 onde o valor é o mais elevado. É apresentado de seguida no Quadro 11.

Quadro 11 -Necessidade de Fundo de Maneio

Nº	IPSS	Valores em euros		
		2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	18.322	71.842	181.863
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	-92.400	-112.809	-121.515
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	97.567	43.805	-27.055
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanelha"	-7.039	1.211	5.520
10	Casa de Santa Ana	-28.518	-29.001	-35.026
16	Centro Social Paroquial de São José	-93.595	-107.814	-115.147
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	15.525	66.203	71.423
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	-270.400	-49.315	-153.807
20	Jardim de Infância O Sonho	-243.530	-364.608	-475.278
29	Associação Baptista Shalom	-30.625	-55.142	-60.524
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	-100.145	-106.750	-118.740
33	Casa do Povo de Azeitão	-152.195	-200.930	-249.329
35	Associação Meninos de Ouro	-25.327	34.276	-47.675
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	-4.864	-3.332	-1.422
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	-47.947	-415	-2.230
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	-69.756	-81.834	-93.479
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	-386.138	-420.269	-606.969
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	2.628	1.905	2.134
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	14.230	15.444	-14.645
	Média das 19 IPSS	-73.906	-68.291	-97.995

Fonte: Elaboração Própria.

A Tesouraria líquida evidencia, se a entidade está a conseguir libertar excedentes com a sua atividade.

Quanto à tesouraria líquida constatamos que, 13 IPSS (68% do total das IPSS) apresentam uma tesouraria líquida positiva (TL) nos três anos em estudo, o que significa que o FMF destas entidades foi suficiente para cobrir as NFM, o que indica a existência de equilíbrio de tesouraria.

Em média, o valor da tesouraria líquida das IPSS variam entre 313.111 euros e 361.061 euros, o valor mais elevado corresponde ao ano de 2018. como evidencia o Quadro 12.

Quadro 12 - Tesouraria Líquida

Nº	IPSS	Valores em euros		
		2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	-290.334	-412.188	-350.849
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	920.962	866.907	876.175
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	-39.455	-75.925	-14.303
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	223	5.378	3.924
10	Casa de Santa Ana	12.030	24.982	8.493
16	Centro Social Paroquial de São José	25.120	52.520	125.335
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	-8.030	-43.590	70.374
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	2.898.552	2.726.288	2.798.912
20	Jardim de Infância O Sonho	-10.559	-32.467	30.074
29	Associação Baptista Shalom	408.258	382.517	372.448
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	1.220	1.446	2.000
33	Casa do Povo de Azeitão	-161.373	-171.937	-210.889
35	Associação Meninos de Ouro	8.350	-79.778	-9.002
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	91.811	119.035	117.161
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	251.356	137.778	130.126
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	184.721	273.978	350.789
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	1.975.078	2.079.552	2.438.958
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	63.849	56.737	51.033
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	42.857	37.878	69.402
	Média das 19 IPSS	335.507	313.111	361.061

Fonte: Elaboração Própria.

A liquidez geral é o rácio que permite avaliar se a empresa tem capacidade para, transformar todo o seu ativo corrente em dinheiro, pagar todas as suas obrigações do passivo corrente.

Analisando o indicador de liquidez geral nas 19 IPSS do concelho de Setúbal, percebemos que, na média dos três anos, 11 IPSS (58% do total das IPSS) apresentam uma liquidez geral acima de 100%. Determina-se, portanto, que, os valores dos ativos correntes são bastante superiores ao seu passivo corrente, tornando-se evidente, assim, um baixo risco para os credores das respetivas entidades, sendo que a realização dos ativos correntes em liquidez é suficiente para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo.

Verificamos que, as associações apresentam maior liquidez comparando com o instituto de organização religiosa e o centro paroquial, o que significa que as associações apresentam maior capacidade de solvência das suas obrigações correntes com os seus bens e direitos correntes.

Já no caso do instituto de organização religiosa e o centro paroquial quando apresentam um valor inferior a 100%, significa que o valor dos passivos a curto prazo é superior ao valor dos ativos correntes.

Ao longo dos três anos, as IPSS apresentam uma evolução positiva no que concerne a média, uma vez que, no ano de 2016 começa com uma média de 350% crescendo, em 2017 (78%) e decresceu, no ano de 2018 (16%).

Quanto a variância, o ano de 2016 apresenta melhor resultado visto que apresenta uma menor variância, o que significa que neste ano os valores estão mais próximo da média, diferente do ano de 2017 e 2018 que apresentam uma variância maior, o que significa que a disparidade dos valores nestes dois anos é maior. O Quadro 13 evidencia o rácio de liquidez geral.

Quadro 13 - Rácio de Liquidez Geral

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	66%	60%	78%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	709%	714%	682%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	122%	91%	88%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhina"	34%	167%	325%
10	Casa de Santa Ana	44%	87%	26%
16	Centro Social Paroquial de São José	60%	68%	106%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	102%	108%	142%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	365%	567%	541%
20	Jardim de Infância O Sonho	56%	8%	18%
29	Associação Baptista Shalom	487%	408%	318%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	49%	57%	51%
33	Casa do Povo de Azeitão	27%	11%	9%
35	Associação Meninos de Ouro	34%	8%	6%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	1698%	3182%	2938%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	383%	384%	368%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	222%	322%	365%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	403%	367%	348%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	1293%	998%	938%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	501%	445%	402%
	Média das 19 IPSS	350%	424%	408%
	Variância das 19 IPSS	20	49	42

Fonte: Elaboração Própria.

A liquidez reduzida é o rácio que tem como objetivo destacar a influência dos inventários na liquidez da entidade, é utilizado com a mesma finalidade da liquidez geral, mas admite

dificuldades conjunturais e de possível falência. Quanto maior for o valor do rácio, maior capacidade a entidade terá para solver os compromissos de curto prazo. Tendo em conta que mais de 90% das IPSS não apresentam inventários entendemos não apresentar o quadro de liquidez reduzida visto que os valores não diferiam muito dos da liquidez geral.

A liquidez imediata é o rácio que procura dar a conhecer o grau de cobertura do passivo circulante pelas disponibilidades, pelo que quanto maior o valor do rácio, maior será a capacidade da empresa em solver os compromissos de curto prazo. De seguida é apresentado o Quadro 14, que evidencia a liquidez imediata.

Quadro 14 - Rácio de Liquidez Imediata

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	0,83%	0,14%	1,05%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	676%	704%	674%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	19%	16%	18%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanelinha"	2%	55%	93%
10	Casa de Santa Ana	40%	82%	24%
16	Centro Social Paroquial de São José	32%	46%	83%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	40,06%	29,86%	59,27%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	295%	478%	469%
20	Jardim de Infância O Sonho	7%	-3%	9%
29	Associação Baptista Shalom	413%	354%	257%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	470%	352%	369%
33	Casa do Povo de Azeitão	8%	4%	3%
35	Associação Meninos de Ouro	29%	6%	4%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	1698%	3182%	2938%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	370%	281%	268%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	192%	310%	355%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	376%	335%	330%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	11401%	865%	802%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	489%	436%	380%
	Média das 19 IPSS	331%	396%	376%
	Variância das 19 IPSS	19	49	42

Fonte: Elaboração Própria.

Relativamente a liquidez imediata, das 19 IPSS verificou-se que, na média dos três anos em estudo, 10 IPSS (53% do total das IPSS) possuem um indicador de liquidez imediata superior a 100%. Sendo assim, avalia-se que os meios financeiros líquidos são superiores ao seu passivo corrente refletindo, assim, que os meios financeiros líquidos das entidades têm

capacidade para solver os seus compromissos de curto prazo com a disponibilidades existentes.

Percebemos que 9 IPSS (47% do total das IPSS) apresentam um indicador de liquidez imediata inferior a 100%, sendo assim essas entidades têm maior grau de cobertura do passivo corrente, que significa que apresentam menor liquidez.

No ano de 2016, as IPSS apresentam uma média de 331,48%, tendo uma evolução positiva no ano de 2017 apresentando um valor de 396,48% (que proporcionou um crescimento de 65%), já no ano de 2018 apresenta uma evolução negativa (que originou uma ligeira redução de 21%).

Quanto à variância, o ano de 2016, apresenta o melhor resultado visto que apresenta uma variância de 18,91, o que significa que neste ano os valores estão mais concentrados em torno da média, diferente do ano de 2017 e 2018 que apresentam uma variância maior, o que significa uma maior disparidade dos valores entre as instituições.

Por se tratar de entidades do terceiro setor procuramos destacar os seguintes rácios de indicadores financeiros - autonomia financeira, solvabilidade e estrutura financeira. Estes indicadores procuram traduzir os aspetos estreitamente financeiros a médio e longo prazo.

O indicador de autonomia financeira procura medir o nível de endividamento da entidade, e das 19 IPSS do Concelho de Setúbal, constatamos que, no ano de 2016, 13 IPSS (68% do total das IPSS) apresentam um valor superior a 33% do que é a referência, já no ano de 2017 e 2018, 14 IPSS (74% do total das IPSS) apresentam valores superior a 33% o que significa que estas entidades encontram-se numa boa situação, pois não dependem excessivamente de capitais alheios.

Tendo em conta a média o ano de 2016, as IPSS apresentam uma maior média de 47%, tendo uma evolução negativa no ano de 2017, apresentando um valor de 25%, já no ano de 2018 apresenta uma média de 13%. Significa que no ano de 2017 e 2018 algumas entidades dependeram excessivamente de capitais alheios, que é o caso da associação Meninos de Ouro.

Para a variância, o ano de 2016, apresenta o melhor valor o que significa que os valores estão mais próximo da média, logo haverá menos diferenças entre as IPSS diferente do ano de 2017 e 2018 que apresentam uma variância maior, e, por conseguinte, uma maior disparidade entre instituições, conforme está evidenciado no Quadro 15.

Quadro 15 - Rácio de Estrutura Financeira ou Endividamento - Autonomia Financeira

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	27%	35%	37%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	89%	89%	89%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	42%	40%	39%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	90%	91%	96%
10	Casa de Santa Ana	-19%	-21%	-23%
16	Centro Social Paroquial de São José	86%	88%	89%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	60%	65%	69%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	84%	89%	89%
20	Jardim de Infância O Sonho	6%	1%	0,2%
29	Associação Baptista Shalom	62%	61%	65%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	-86%	-67%	-89%
33	Casa do Povo de Azeitão	32%	30%	28%
35	Associação Meninos de Ouro	-101%	-557%	-768%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	96%	97%	97%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	77%	77%	76%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	93%	94%	93%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	91%	89%	88%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	92%	90%	89%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	81%	78%	76%
	Média das 19 IPSS	47%	25%	13%
	Variância das 19 IPSS	0,33	2,07	3,61

Fonte: Elaboração Própria.

O rácio de solvabilidade está relacionado com o equilíbrio do financiamento entre capitais próprios e alheios que lhe permitem solver os compromissos a médio e longo prazo e, constatámos que, das 19 IPSS em estudo, 16 IPSS (84% do total das IPSS) possuem um valor positivo pelo que apresentam uma maior capacidade de solver os seus compromissos de médio e longo prazo determinando a sua independência face a terceiros.

Relativamente às restantes 3 IPSS em observação (16% do total das IPSS) possuem um valor negativo, devido ao facto do seu capital próprio ser negativo, e apresentam uma menor capacidade de solvência dos seus compromissos de médio e longo prazo tornando-se muito dependentes de terceiros.

No que concerne a média, as IPSS apresentam uma evolução positiva nos três anos, sendo que no ano de 2016 começa com uma média de 504% crescendo, em 2017 (92%) e no ano de 2018 apresenta outro crescimento de (45%).

A variância no ano de 2016 apresenta melhor resultado visto que tem um valor reduzido dos três anos, já o ano de 2017 e 2018 que apresentam uma variância maior, o que significa que a disparidade dos valores nestes dois anos quanto a média é maior, com é evidenciado no Quadro 16.

Quadro 16 - Rácio de Estrutura Financeira ou Endividamento - Solvabilidade

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	37%	53%	58%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	830%	850%	799%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	73%	66%	63%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanelinha"	887%	1062%	2543%
10	Casa de Santa Ana	-16%	-17%	-19%
16	Centro Social Paroquial de São José	595%	743%	841%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	148%	188%	223%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	510%	841%	823%
20	Jardim de Infância O Sonho	7%	1%	0%
29	Associação Baptista Shalom	166%	159%	183%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	-46%	-40%	-47%
33	Casa do Povo de Azeitão	47%	44%	39%
35	Associação Meninos de Ouro	-50%	-85%	-88%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	2143%	3531%	3201%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	335%	339%	310%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	1342%	1498%	1377%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	964%	836%	718%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	1195%	901%	842%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	416%	359%	315%
	Média das 19 IPSS	504%	596%	641%
	Variância das 19 IPSS	33	68	76

Fonte: Elaboração Própria.

A estrutura financeira indica o grau de financiamento da empresa por capitais alheios. É apresentado no Quadro 17 a estrutura financeira.

Quadro 17 - Rácio de Estrutura Financeira ou Endividamento – Estrutura Financeira

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	268%	192%	172%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	12%	12%	13%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	137%	152%	158%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	11%	9%	4%
10	Casa de Santa Ana	-622%	-584%	-527%
16	Centro Social Paroquial de São José	17%	13%	12%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	68%	53%	45%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	20%	12%	12%
20	Jardim de Infância O Sonho	1532%	8634%	50443%
29	Associação Baptista Shalom	60%	63%	55%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	-216%	-249%	-212%
33	Casa do Povo de Azeitão	213%	230%	256%
35	Associação Meninos de Ouro	-199%	-118%	-113%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	5%	3%	3%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	30%	29%	32%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	7%	7%	7%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	10%	12%	14%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	8%	11%	12%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	24%	28%	32%
	Média das 19 IPSS	73%	448%	2653%
	Variância das 19 IPSS	15	375	12690

Fonte: Elaboração Própria.

Analisando as entidades verificamos que, das 19 IPSS em estudo, 16 IPSS (84% do total das IPSS) possuem um valor positivo, são financiadas por meio de capitais próprio, ou seja, o valor do ativo é superior ao valor do passivo, sendo que destas, apenas, 4 IPSS (cerca de 21% do total das IPSS) apresentam um valor superior a 100%, refletem uma maior dependência do financiamento dos capitais próprio.

Relativamente às restantes 3 IPSS em observação (16% do total das IPSS) possuem um valor negativo, devido ao facto do seu capital próprio ser negativo, pelo que apresentam uma maior dependência do financiamento por capitais alheios, o que significa que o passivo é maior que o ativo.

Quanto à média, as IPSS apresentam uma evolução positiva nos três anos, no ano de 2016, é de 73% crescendo, em 2017, 375% e, em 2018, 2205%.

Já a variância no ano de 2016 apresenta um melhor resultado visto que apresenta um maior valor. O ano de 2017 apresenta uma variância maior, o que significa que a disparidade dos

valores entre as IPSS é maior, e o ano de 2018, a situação é mais díspares entre as IPSS em estudo.

A RCP mede a remuneração dos capitais investidos pelos sócios/acionistas na entidade, indicando-nos o retorno obtido pelos investidores face ao capital que investiram. É evidenciado no Quadro 18 a rendibilidade do capital próprio das entidades.

Quadro 18 - Rácio de Rendibilidade - Rendibilidade do Capital Próprio (RCP)

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	-3%	-10%	9%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	1%	-8%	-1%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	2%	-4%	-5%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	8%	14%	2%
10	Casa de Santa Ana	8%	6%	10%
16	Centro Social Paroquial de São José	2%	3%	7%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	9%	12%	11%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	-2%	-1%	-0,45%
20	Jardim de Infância O Sonho	-36%	-115%	-33%
29	Associação Baptista Shalom	8%	5%	7%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	-2%	9%	13%
33	Casa do Povo de Azeitão	31%	-7%	-7%
35	Associação Meninos de Ouro	-554%	222%	27%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	24%	14%	3%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	11%	-8%	-10%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	7%	5%	4%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	7%	4%	4%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	-28%	-12%	-9%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	-19%	-13%	-7%
	Média das 19 IPSS	-28%	6%	1%
	Variância das 19 IPSS	1,56	0,33	0,01

Fonte: Elabora Própria.

Tendo em conta o exposto no quadro acima, podemos afirmar que, 11 IPSS (58% do total das IPSS) apresentam uma rendibilidade do capital próprio positiva, sendo que, estas entidades nos três anos de investigação apresentam um resultado líquido do período equilibrado.

O ano com melhor desempenho foi o de 2017, onde as IPSS geraram uma média de 6%, este indicador obteve o seu pior desenvolvimento no período de 2016, originado por um maior número de IPSS que apresentam um valor do resultado líquido do período negativo.

Quanto à média, ela é negativa, em 2016, -28%, o ano de 2017 apresenta um crescimento de 34% e em 2018, a média apresenta um decréscimo de 5%.

No que concerne a variância, o ano de 2016 apresenta o pior resultado visto que a variância é maior, o que significa que os valores estão mais distantes da média, o ano de 2018 apresenta o

melhor resultado apresenta uma evolução negativa quanto a sua média, mas apresenta a menor variância proporcionando valores mais próximos da média.

A rendibilidade do ativo, é o rácio que permite medir o desempenho dos capitais totais investidos na entidade, independentemente, de serem capitais próprios ou alheios. De seguida é apresentado no Quadro 19 a rendibilidade do ativo.

Quadro 19 - Rácio de Rendibilidade - Rendibilidade do Ativo

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	1%	-2%	5%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	-0,06%	-8%	-1%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	3%	0,09%	0,15%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanelinha"	6%	11%	2%
10	Casa de Santa Ana	-1%	-1%	-2%
16	Centro Social Paroquial de São José	2%	3%	6%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	6%	8%	7%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	-2%	-1%	-1%
20	Jardim de Infância O Sonho	-1%	-2%	3%
29	Associação Baptista Shalom	6%	4%	5%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	5%	-3%	-0,27%
33	Casa do Povo de Azeitão	9%	-0,67%	-0,64%
35	Associação Meninos de Ouro	-122%	19%	28%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	19%	12%	3%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	8%	-7%	-9%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	6%	4%	4%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	6%	3%	3%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	-36%	-12%	-9%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	-19%	-12%	6%
	Média das 19 IPSS	-6%	0,78%	2%
	Variância das 19 IPSS	0,09	0,01	0,01

Fonte: Elaboração Própria.

A maioria das IPSS (12, que representam 63% do total) apresenta uma rendibilidade do ativo positivo, o que significa uma boa utilização dos mesmos para gerarem resultados positivos.

As restantes, 7 IPSS (37%), em observação possuem uma rendibilidade negativa, devido ao facto de apresentarem um resultado operacional negativo. Para estas entidades, os seus ativos apresentam uma reduzida capacidade para gerar retorno financeiro. Numa visão genérica, quanto aos anos em estudo, podemos afirmar que o ano de 2018 apresenta o melhor desempenho, uma média de 2% e o pior resultado foi no ano 2016, com menos 6%.

Quanto a variância, o ano de 2016 apresenta o maior resultado, neste ano os valores estão mais distantes da média, já no ano de 2017 e 2018 o resultado é o melhor, sendo que, a variância é 0,01 para ambos, o que significa que os valores estão mais próximos da média.

A rendibilidade operacional das vendas, permite avaliar o retorno em termos de resultado operacional obtido por meio do volume de negócios, como evidencia o Quadro 20.

Quadro 20 - Rácio de Rendibilidade - Rendibilidade Operacional das Vendas

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	3%	-4%	11%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	0%	-28%	-3%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	11%	0%	1%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	13%	27%	5%
10	Casa de Santa Ana	0%	0%	0%
16	Centro Social Paroquial de São José	8%	10%	21%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	13%	18%	15%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	-24%	-15%	-7%
20	Jardim de Infância O Sonho	-2%	-4%	5%
29	Associação Baptista Shalom	25%	17%	20%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	4%	-4%	-3%
33	Casa do Povo de Azeitão	44%	-3%	-3%
35	Associação Meninos de Ouro	-3020%	0%	0%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	22%	17%	-4%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	8736%	0%	0%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	18%	11%	10%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	60%	32%	26%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	-121%	-36%	-19%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	-24%	-14%	-7%
	Média das 19 IPSS	304%	1%	4%
	Variância das 19 IPSS	440,52	0,03	0,01

Fonte: Elaboração Própria.

É possível constatar que ao longo dos três anos de atividade em estudo, 11 IPSS (58% do total das IPSS) apresentam uma rendibilidade positiva, o que significa que por meio do volume de negócios realizado neste período, estas entidades conseguiram gerar resultados operacionais positivos.

Um total de 7 IPSS 37%, em observação possuem uma rendibilidade operacional das vendas negativa devido ao facto de estas entidades gerarem resultados operacionais negativos.

O primeiro ano apresenta uma média superior aos restantes dois anos, o que significa que foi neste ano onde as entidades apresentaram maior capacidade de gerar resultados.

Quanto a variância, o ano de 2016 apresenta o maior resultado, o ano de 2018 apresenta o melhor resultado, sendo que, a variância é 0,01, o que significa que os valores estão mais próximos da média.

As vendas e prestação de serviços representam na média da nossa amostra, cerca de 30% dos rendimentos totais, ainda que essa, percentagem difira muito entre as instituições em estudo, pelo que as rendibilidades operacional e líquida das vendas seja, igualmente, diferente conforme os Quadros 20 e 21.

A rendibilidade líquida das vendas, permite determinar o rendimento obtido em termos de resultado líquido do volume de negócios realizado. De seguida é apresentada no Quadro 21.

Quadro 21 - Rácio de Rendibilidade - Rendibilidade Líquida das Vendas

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	-2%	-8%	6%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	3%	-26%	-2%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	4%	-7%	-8%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanelinha"	13%	27%	5%
10	Casa de Santa Ana	0%	0%	0%
16	Centro Social Paroquial de São José	6%	9%	20%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	10%	16%	15%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	-21%	-9%	-5%
20	Jardim de Infância O Sonho	-8%	-9%	0%
29	Associação Baptista Shalom	21%	13%	17%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	1%	-6%	-3%
33	Casa do Povo de Azeitão	36%	-11%	-10%
35	Associação Meninos de Ouro	-3020%	0%	0%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	22%	17%	-4%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	8774%	0%	0%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	18%	11%	10%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	62%	32%	26%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	-118%	-34%	-18%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	-24%	-14%	-7%
	Média das 19 IPSS	304%	-0,07%	2%
	Variância das 19 IPSS	444,01	0,03	0,01

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a rentabilidade líquida das vendas, 10 IPSS (53% do total das IPSS) apresentam uma rentabilidade positiva, ou seja, estas entidades apresentam um retorno em termos de resultado líquido do volume de negócios positivo, o que significa que o negócio gerou bons resultados, principalmente, nos anos de 2016 e 2018.

Tendo em conta a média nos três anos nas IPSS, o ano de 2016 apresenta o melhor desempenho uma média de 304% e o ano de 2017 apresenta o pior desempenho uma média de menos 0,07%.

Já a variância apresenta o melhor valor de 0,01 no ano de 2018, visto que apresenta valores mais próximos da média.

O rácio de funcionamento permite compreender os impactos financeiros da gestão ao nível do ciclo de exploração. Para este rácio procuramos determinar: o prazo médio de recebimento e de pagamento, o peso da dependência do subsídio, o peso dos gastos de pessoal nos rendimentos e o peso dos gastos dos funcionamentos no total dos rendimentos.

As IPSS fazem parte das entidades de economia social pelo que as suas prestações de serviços estão isentos de IVA, logo não podem deduzir o IVA das suas aquisições de bens e serviços, razão pela qual não se considerou a taxa de IVA na fórmula, uma vez que o IVA é considerado um gasto adicional de compra.

O prazo médio de recebimento tem como objetivo medir o tempo médio que os clientes demoram a pagar à entidade. Em termos de prazo de recebimento das 19 IPSS, 8 IPSS (42% do total) apresentam valor 0 na rubrica cliente, sendo assim, não apresentam um prazo médio de recebimento. Na média dos três anos, temos um prazo médio de recebimento nas IPSS que varia entre os 29 e 91 dias. Este prazo triplicou entre 2017 e 2018, conforme é apresentado no Quadro 22.

Quadro 22 - Prazo médio de recebimento

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	1	1	1
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	12	6	7
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	133	125	124
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanelinha"	25	85	85
10	Casa de Santa Ana	0	0	0
16	Centro Social Paroquial de São José	33	21	25
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	44	37	33
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	139	121	117
20	Jardim de Infância O Sonho	0	0	6
29	Associação Baptista Shalom	0	0	0
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	109	112	1288
33	Casa do Povo de Azeitão	26	27	28
35	Associação Meninos de Ouro	0	0	0
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	1	0	0
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	0	0	0
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	2	1	1
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	25	37	11
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	0	0	0
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	0	0	3
	Média das 19 IPSS	29	30	91
	Variância das 19 IPSS	2008	1928	81099

Fonte: Elaboração Própria.

O prazo médio de pagamento procura mostrar o número médio de dias que a entidade demora para pagar os seus fornecedores.

Para o prazo médio de pagamento, das 19 IPSS, pelo menos 5 IPSS (26% do total das IPSS) apresentam o valor 0 na rubrica fornecedor, logo pagam de imediato aos seus fornecedores.

Na média nos três anos em termos de prazo médio de pagamento nas IPSS varia entre os 20 e 52 dias, este prazo duplicou entre 2016 e 2017. No que concerne a variância o ano de 2016 apresenta o melhor valor, visto que apresenta valores mais próximos da média. De seguida é apresentado no Quadro 23 o prazo médio de pagamento.

Quadro 23 - Prazo médio de pagamento

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	100	76	60
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	0	0	2
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	14	15	11
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	0	13	0
10	Casa de Santa Ana	9	22	20
16	Centro Social Paroquial de São José	24	20	33
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	53	44	73
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	37	49	41
20	Jardim de Infância O Sonho	60	74	74
29	Associação Baptista Shalom	5	9	7
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	9	13	116
33	Casa do Povo de Azeitão	1	0	21
35	Associação Meninos de Oiro	2	598	314
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	15	0	4
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	11	13	9
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	6	1	13
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	16	26	30
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	0	8	6
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	12	2	4
	Média das 19 IPSS	20	52	44
	Variância das 19 IPSS	639	17070	4981

Fonte: Elaboração Própria.

Pelo facto de mais de 90% das IPSS não apresentarem inventários, não será relevante a determinação do prazo médio de inventários.

A rotação do ativo é um rácio de atividade, permite medir o grau de eficiência de utilização dos ativos da empresa, das 19 IPSS em estudo, 4 (21% do total), apresentam um valor acima dos 50%, o que significa que estas entidades apresentam um bom grau de eficiência na utilização dos seus ativos, ou seja, quanto maior o valor da rotação do ativo, maior é a eficiência com que a entidade está a gerar vendas.

Quanto a média nos três anos a rotação do ativo nas IPSS varia entre os 31% e 36% no ano. Já a variância apresenta o melhor valor de 0,06 no ano de 2018, visto que apresenta valores mais próximos da média, por outro lado é o ano que apresenta a menor média. De seguida no Quadro 24 evidencia a rotação do ativo.

Quadro 24 - Rotação do Ativo

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	45%	46%	46%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	25%	28%	29%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	25%	23%	25%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	48%	41%	43%
10	Casa de Santa Ana	0%	0%	0%
16	Centro Social Paroquial de São José	28%	29%	28%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	48%	45%	46%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	7%	8%	8%
20	Jardim de Infância O Sonho	44%	56%	51%
29	Associação Baptista Shalom	23%	23%	24%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	121%	86%	9%
33	Casa do Povo de Azeitão	21%	21%	23%
35	Associação Meninos de Ouro	4%	0%	0%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	83%	71%	79%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	0,09%	0%	0%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	35%	37%	39%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	10%	11%	12%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	30%	35%	49%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	80%	85%	86%
	Média das 19 IPSS	36%	34%	31%
	Variância das 19 IPSS	0,09	0,07	0,06

Fonte: Elaboração Própria.

No que diz respeito à distribuição das diferentes fontes de recurso das IPSS, verificamos que os subsídios sociais apresentam um peso elevado nas IPSS. De seguida no Quadro 25 evidencia o peso da dependência do subsídio social.

Quadro 25 - Rácio de funcionamento - Peso da dependência do Subsídio Social

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	60%	62%	62%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	59%	57%	58%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	71%	71%	72%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	63%	64%	64%
10	Casa de Santa Ana	93%	92%	89%
16	Centro Social Paroquial de São José	53%	53%	54%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	56%	57%	55%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	79%	78%	80%
20	Jardim de Infância O Sonho	59%	52%	60%
29	Associação Baptista Shalom	50%	51%	49%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	75%	69%	66%
33	Casa do Povo de Azeitão	59%	55%	55%
35	Associação Meninos de Oiro	88%	100%	100%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	52%	56%	52%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	90%	97%	94%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	33%	33%	33%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	81%	78%	73%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	0%	22%	19%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	51%	55%	47%
	Média das 19 IPSS	62%	63%	62%
	Variância das 19 IPSS	0,04	0,04	0,04

Fonte: Elaboração Própria.

No que concerne ao peso da dependência do subsídio social das 19 IPSS, apenas, a Associação Menino de Oiro apresenta uma dependência do subsídio social de 100% nos anos 2017 e 2018, já a associação União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal, no ano de 2016, não beneficiou do subsídio social e nos outros dois anos seguintes tem um valor reduzido do subsídio social quando comparada com as outras entidades.

Em média, peso do subsídio social, varia entre 62% e 63% nos três anos, acima dos 50% o que não surpreende, já que as entidades de economia social, na sua maioria, dependem do subsídio social para realização das suas atividades.

Quanto a variância manteve-se constante nos três anos apresentando um valor de 0,04 o que significa que não existem diferenças muito significativas entre as IPSS em estudo.

A rubrica que apresenta um peso mais elevado, relativamente, aos rendimentos totais e também aos gastos totais é a referente aos gastos com pessoal, atendendo ao tipo de atividade oferecida pelas IPSS, que recorre muito ao pessoal e que está refletido no Quadro 26.

Quadro 26 - Peso dos gastos com o pessoal no rendimento total

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	65%	65%	63%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	73%	83%	80%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	62%	66%	68%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	86%	79%	82%
10	Casa de Santa Ana	57%	56%	63%
16	Centro Social Paroquial de São José	63%	63%	63%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	64%	65%	65%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	64%	66%	64%
20	Jardim de Infância O Sonho	63%	61%	69%
29	Associação Baptista Shalom	47%	53%	55%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	90%	86%	83%
33	Casa do Povo de Azeitão	63%	81%	82%
35	Associação Meninos de Oiro	87%	58%	59%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	49%	55%	60%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	54%	59%	56%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	54%	59%	58%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	68%	69%	72%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	96%	64%	46%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	75%	79%	74%
	Média das 19 IPSS	67%	67%	66%
	Variância das 19 IPSS	0,02	0,01	0,01

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao peso dos gastos com o pessoal no total de rendimentos das 19 IPSS situa-se, em média, entre os 66% e os 67%, sendo que há 5 entidades em que esse valor se posiciona acima dos 75%, o que demonstra um peso elevado que os gastos com pessoal têm nos totais dos rendimentos.

No que concerne a variância, apresenta um bom resultado nos três anos, sendo que, os dois últimos anos apresentam o melhor resultado, valores mais próximos da média.

Pela leitura dos Quadros 26 e 27 constata-se o impacto que os gastos com o pessoal têm na vida das IPSS, uma vez que, em média, os gastos com o pessoal chegam a atingir mais de 85% do valor dos subsídios em várias IPSS, o que significa que, qualquer aumento nos gastos com o pessoal poderá contribuir para desequilibrar a situação económico-financeira.

De seguida é apresentado no Quadro 27 o peso dos gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos no rendimento total.

Quadro 27 - Peso dos gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos no rendimento total

Nº	IPSS	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	89%	90%	85%
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	96%	107%	99%
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	82%	85%	87%
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	91%	87%	94%
10	Casa de Santa Ana	83%	87%	96%
16	Centro Social Paroquial de São José	79%	81%	80%
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	90%	89%	89%
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	96%	95%	90%
20	Jardim de Infância O Sonho	82%	76%	83%
29	Associação Baptista Shalom	64%	68%	70%
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	98%	94%	93%
33	Casa do Povo de Azeitão	73%	89%	91%
35	Associação Meninos de Ouro	109%	69%	68%
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	77%	83%	91%
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	89%	97%	98%
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	72%	77%	78%
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	82%	82%	84%
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	165%	116%	109%
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	111%	106%	102%
	Média das 19 IPSS	91%	88%	89%
	Variância das 19 IPSS	0,04	0,01	0,01

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao peso dos gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos no rendimento total das 19 IPSS, 4 (21% do total) possuem um valor superior a 100% e 15 (79% do total) apresentam valores acima dos 50%, o que significa que os gastos e fornecimento e serviços externos, apresentam valores muito significantes face ao total dos rendimentos.

Essa relação, nos três anos, oscila entre 88% e 91%, o que é muito significativo, ou seja, um aumento destes gastos tem um efeito imediato negativo nos resultados, que é comum a todas as IPSS, uma vez que, a variância é muito reduzida.

Conclusão

As ESNL não deixam dúvidas que são uma força económica cada vez mais significativa na economia global do país, seja pela inclusão social, seja pela criação de emprego seja, ainda, pela disponibilidade de serviços de qualidade para todos. Tendo em conta a capacidade de realização das suas atividades, as entidades da economia social contribuem para um crescimento sustentável e inclusivo, principalmente, na promoção da coesão social.

Sendo as IPSS entidades de economia social, fazem parte do conjunto de ESNL que têm como principal objetivo impulsionar a igualdade e a justiça social. As IPSS têm um papel fundamental ao preencher algumas lacunas do Estado no que diz respeito às respostas sociais, geralmente, em dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos.

Em termos económico-financeiros, no período de 2016 a 2018, concluímos que as IPSS do Concelho de Setúbal possuem:

- Um equilíbrio financeiro de curto prazo relativamente estável, as IPSS apresentam uma posição financeira favorável, não existem problemas de cumprimento de compromissos a prazo, sendo que, o FMF é positivo, pelo que o ciclo de exploração apresenta necessidades de financiamento.
- Uma boa liquidez, ou seja, têm uma boa capacidade para cumprir com os seus compromissos no curto prazo sendo que, na média dos anos em análise, apresentam um valor de 350%;
- A autonomia financeira das IPSS teve uma evolução negativa ao longo dos anos em análise, visto que começa com uma média de 47%, em 2016, sofreu uma redução de 22%, e 12% em 2017, em 2018, respetivamente, pelo que as IPSS apresentaram maior dependência de capitais alheios. A solvabilidade e a estrutura financeira das IPSS tiveram um melhor resultado ao longo dos anos em análise, o grau de financiamento por capitais alheios foi maior no ano de 2018, assim como, a capacidade das IPSS de solverem os seus compromissos de médio e longo prazo foi maior neste ano;
- As rendibilidades são negativas ou muito reduzidas, a RCP e a RA foram, em 2016, de -28% e -6%, respetivamente, e em 2018 e 2017, de 1% e 0,78%

respetivamente, que se deve ao valor dos gastos das instituições superaram ou serem muito próximos dos rendimentos, os quais dependem, maioritariamente, dos subsídios;

- Ao longo dos três anos as IPSS apresentam uma média positiva quanto a rentabilidade operacional das vendas, o que significa que conseguiram gerar resultados operacionais, principalmente no primeiro ano em que a média foi mais elevada. Já a rentabilidade líquida das vendas as IPSS apresentam uma média negativa no ano de 2017, e a maior média no ano de 2016, foi onde as IPSS geraram um retorno maior em termos de resultado líquido.
- Verifica-se que em média o prazo médio de recebimento foi, em 2016 e 2018, superior ao prazo médio de pagamentos, o ideal seria receber o quanto antes e pagar mais tarde, o que é negativo e reflete-se na liquidez das IPSS;
- Os subsídios desempenham um papel muito importante nas IPSS, uma vez que, representam mais de 60% dos rendimentos totais, em qualquer dos três anos, e é a principal fonte de rendimentos;
- Por sua vez, os gastos com o pessoal foram nos três anos, cerca de 67% do total dos rendimentos, o que significa que supera o montante anual dos subsídios, pelo que este gasto tornou-se o principal gasto e determinante na vida económica das instituições;
- Adicionalmente, se relacionarmos os gastos de funcionamento (pessoal e fornecimentos e serviços externos) com os rendimentos totais, verificamos que representam cerca de 90%, o que significa que constituem os fatores (ou gastos) críticos de sucesso económico-financeiro das IPSS.

Limitações do estudo e linhas de investigações futuras

As principais limitações do estudo foram as seguintes:

- Pouca disponibilidade por parte das entidades para publicação das demonstrações financeiras;
- Algumas informações financeiras eram incongruentes nas prestações de contas de diferentes anos.

Assim sendo recomendamos as seguintes linhas de investigações futuras:

- Seria interessante a realização de um estudo de caso dirigido a uma IPSS para poder analisar o social return on Investment (SROI); e confrontar com a análise económico-financeiro;
- Seria desejável confrontar os resultados obtidos neste estudo com outra análise económico-financeiro, mas relativa ao período de 2020 e 2021, para compreender o efeito que a pandemia COVID-19 teve na vida das IPSS, de modo a perspetivar a continuidade destas instituições.

Bibliografia

Araújo, Duarte, Cardoso, Patrícia e Novai, José. (2012): Manual de Prestação de Contas nas Entidades do Setor Não Lucrativo. Editora Vida Económica Editorial, S.A.

Assembleia da República (AR, 2014): Decreto – Lei nº 172 – A/2014, procede à quinta alteração ao Decreto – lei nº 119/83, de 25 de fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Diário da República nº 221/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014 – 11 – 14: Artigo 68º -1.

Assembleia da República (AR, 2012): Lei-Quadro das Fundações Lei n.º 24/2012. Diário da República n.º 131/2012, Série I de 2012-07-09: Artigo 14º - 1.

Barbedo, Â. & Bandeira, A. (2013): Economia Social: um Pilar para Combater a Atual Conjuntura Económica e Social, Instituto Politécnico do Porto, 6. disponível em: www.aeca1.org/pub/online/comunicaciones_xviencuentroaeca, acedido em 26/11/2019.

Câmara, Maria. (2013): Maria José Nogueira Pinto – Uma vida invulgar. Editora Sociedade Editorial, Lda.

Campos C. & Alves M. (2019): Contributos da Contabilidade para a Gestão das IPSS, Universidade da Beira Interior Covilhã, 14. Disponível em: https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/iicic/finais_site, acedido em 20/12/2019.

Carmo, Milene (2013): Indicadores económico-financeiro – O caso da Indústria Alimentar, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra.

Carneiro, A., Oliveira D., & Torres, L. (2011): Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade, 94. Disponível em: *AF Carneiro, DL Oliveira, LC Torres - Sociedade, contabilidade e gestão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011, acedido em 23/05/2020.

Casteleiro, C. (2017): Impacto do Sistema de Normalização Contabilística nas Instituições Particulares de Solidariedade Social - Um instrumento para avaliar a perceção dos contabilistas certificados, XIX Seminário Luso-Espanhol de Economia, 7-8, acedido em 06/08/2019.

Comunidade 4Change. (2011): Análise SROI - Social Return on Investment, 2. Disponível em: <https://www.4change.org/images/recursos/4pagens-sroi>, acedido em 19/12/2019.

Couto, M. & Lima, P. (2013): Terceiro Setor, Flash Informativo, 1-2, acedido em 28/10/2019.

Entreajuda: Apoio a Instituições de Solidariedade Social (Entreajuda, 2011): Alguns dados relativos ao Voluntariado em Portugal, janeiro de 2011.

Fernandes, Carla, Peguinho, Cristina, Vieira, Elisabete & Neiva, Joaquim. (2016): Análise Financeira – Teoria e Prática. 4ª Edição, Edições Sílabo, Lda.

Fernandes, José. (2016): A economia Social em Portugal: Necessidades, Perspectivas e fontes de Financiamento. Editora Minhografe Artes Gráficas.

Freixo, Manuel. (2012): Metodologia Científica. 4ª Edição, Instituto Piaget Lisboa/ Portugal.

Guimarães, Cunha. (2009): A Prestação de Contas e a IES. (29-30). Acedido em:

www.occ.pt › downloads › files › 1235574551_28a35_contabilidade, em 10/09/2019.

Gomes, João & Pires, Jorge. (2014): Normalização Contabilística para Entidades do Setor não Lucrativo. Editora Vida Económica-Editorial, S.A. Porto.

Gonçalves, Cristina, Santos, Dolores, Rodrigo, José & Fernandes, Sant'Ana. (2013): Relato Financeiro: Interpretação e Análise. 2ª Edição, Editora Vida Económica-Editorial, S.A.

Governo de Portugal (GP, 2015): Solidariedade Social: Um Caminho de Parceria na Construção de um Novo Paradigma: (5-6;12).

Instituto Nacional de Estatística- Statistics Portugal (INE, 2019): Conta Satélite da Economia Social-2016, 19/07/ 2019.

Instituto Nacional de Estatística- Statistics Portugal (INE, 2019): Empresas em Portugal- Resultados definitivos-2017, 13/02/ 2019.

Instituto Nacional de Estatística- Statistics Portugal (INE, 2019): Empresas em Portugal- Resultados provisórios-2018, 20/09/ 2019.

Jean, Salim. (2016): Administração Financeira: Avaliação do Desenvolvimento Empresarial. 1ª Edição, Editora FGV.

Jeantet, Thierry. (2002): L' Économie Sociale Européenne. Editora Poseidon, Lda.

Jeantet, Thierry. (2008): A Economia Social – Uma Alternativa ao Capitalismo. 1ª EDIÇÃO, Editora Económica.

Kon, Anita & Borelli, Elizabeth. (2016): Desenvolvimento Económico no Brasil: Desafios e Perspectivas. 1ª Edição, Editora Appris Ltda, Curitiba.

Laires, Jorge & Martins, Rui. (2019): Imposto do Selo: operações financeiras e de garantia. Editora Edições Almedina, S.A.- Coimbra.

Loureiro, João & Silva, Suzana. (2017): A Economia Social e Civil. 1ª Edição, Editora Imprensa da Universidade de Coimbra.

Matos, João, Neto, Rita, Valente, Rui, Sousa, Sofia, António, Catarina, Filipe, Patrícia, Sengo, Natacha, Almeida, João & Nunes, Magda. (2017): Jusprático: Laboral e Segurança Social. Coimbra Editora.

Ministério das Finanças (MF, 2002): Diário da República n.º 21/2002, Série I-A de 2002-01-25, Decreto-Lei n.º 12/2002, 25 de janeiro: 536 – 592. Acedido em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/12/2002/01/25/p/dre/pt/html> em 17/06/2020.

Ministério das Finanças (MF, 2015): Diário da República, 1ª série – N.º 143 – 24 de julho de 2015, portaria n.º 220/2015.

Morim, Joana (2015): O SROI na Economia Social Portuguesa, Dissertação de Mestrado, Lisboa School of Economics & Management, acedido em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/DM-JMM-2015>, em 09/07/202.

Muehombo, Preciosa (2013): A Contabilidade nas Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – Instituto Politécnico do Porto, acedido em: <https://recipp.ipp.pt/bitstream>, em 03/01/2020.

Nabais, Carlos. Nabais, Francisco. (2005). Prática Financeira. 3ª Edição, Lidel – edições técnicas, Lda., Lisboa – Porto.

Namorado, R. (2009): A economia social - Uma constelação de esperanças, Centro de Estudos Sociais, 3.

Pardal, P., Carreira, F. & Paulo, A. (2019): O Grau de Divulgação de Informação nos Websites das IPSS, acedido em:

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30354/1/Grau%20Divulgacao%20Inf%20Website%20das%20IPSS.pdf>, em 09/01/2020.

Segurança Social. (2016): Instituições particulares de solidariedade social – Registo, atualizado em 07-12-2016. Acedido em: <http://www.seg-social.pt/instituicoes-particulares-de-solidariedade-social-registo>, em 09/01/2020.

Silva, Eduardo. (2013): Gestão Financeira – Análise de Fluxos Financeiros. 5ª Edição, Editora Vida Económica – Editorial, SA.

Silva, Suzana. (2017): A Economia Social e Civil: Estudos de Fiscalidade. Editora SPES-Socialidade, Pobreza(s) e Exclusão Social.

Silva, Suzana, Soares, Cláudia. (2013): Regime fiscal das entidades da Economia Social e Civil. Editora Vida Económica.

Sousa, António. (2014): Manual de Direito Administrativo Angolano. Editora Vida Económica-Editorial, S.A.

Anexos

Anexo I – Entidades enquadradas no regime de contabilidade

1 de 1

Nº	IPSS	Siglas IPSS	
1	Associação Central de Assistência de Setúbal	ACA Setúbal	1
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	ACM	1
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	AMPBrasil	1
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	APACCFigueiras	1
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	AHBFSPaulo	1
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	ACJI-Joanhinha	1
7	Associação para o Jardim de Infância "O Baloíço"	AJI-Baloíço	0
8	A.S.A.S.-Associação Setubalense de Apoio Social	ASAS	0
9	A.U.R.P.I.A. - Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão	AURPIAzeitao	1
10	Casa de Santa Ana	CSAna	1
11	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora de Fátima da Paróquia de Faralhão e Praias do Sado	CSPNSFátima	0
12	Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal	CBESRISet	0
13	Centro Cultural e de Solidariedade Social de Nossa Senhora da Conceição	CCSSNSConceição	0
14	Centro Infantil da Quinta Nova	CIQNova	0
15	Centro Jovem Tabor	CJTabor	1
16	Centro Social Paroquial de São José	CSPSJJose	1
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	CSPNSªAnunciada	1
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	Caritas Set	1
19	Instituto de Educação Cristã	IEC	0
20	Jardim de Infância o Sonho	JI-Sonho	1
21	Liga dos Amigos da Terceira Idade	LATIdade	1
22	Santa Casa da Misericórdia de Setúbal	SCMSet	1
23	Santa Casa da Misericórdia de Vila Nogueira de Azeitão	SCMVNAzeitao	0
24	SERVIR - Associação de Apoio à Toxicodependência	SERVIR	0

Nº	IPSS	Siglas IPSS	
25	Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Setúbal	LAHDSset	0
26	Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ilharco	ASMental	0
27	Liga Amigos Hospital Ortopédico Santiago do Outão	LAHOSOut	0
28	Centro Social Paroquial de São Sebastião de Setúbal	CSPSªSebast	0
29	Associação Baptista Shalom	ABShalom	1
30	Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade de Setúbal	VoªTerceira	0
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	APPACDM	1
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	AMBLiberd	1
33	Casa do Povo de Azeitão	CPAzeitao	1
34	Centro Social o Bom Samaritano	CSBSamaritano	0
35	Associação Meninos de Ouro	AMOiro	1
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	UDIPSS	1
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	APPDA	1
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	ASSFG.P.A. Guerra	1
39	SADO ACOLHE - Associação de Apoio a Crianças, Jovens e Idosos da Freguesia do Sado	Sado	0
40	Ger'Acções - Associação para Crianças, Jovens e Famílias	Ger'Acções	0
41	Casa Higia - Associação Solidariedade Social Funcionários Saúde do Distrito Setúbal	CHASFSDset	0
42	A.C.V.S. - Associação Caboverdiana de Setúbal	ACVS	0
43	Associação de Moradores Luta do Povo	AMLp	0
44	Espaço Integrar - Ass. de Familiares e Amigos para a Autonomia Pró-Saúde Mental	EIAFAAPSMental	0
45	Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão	Iauttismo	1
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	CNªSªSaude	1
47	Centro Social Paroquial D. Manuel Martins	CSPD.MMartins	0

Fonte: Elaboração Própria a partir de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30354/1/Grau%20Divulgacao%20Inf%20Websites%20das%20IPSS.pdf>, em 09 de Janeiro de 2020

Legenda: 0 – Não; 1 – Sim.

Anexo II – IPSS que disponibilizam informação financeira enquadradas

1 de 2

IPSS	Apresenta Orçamento	Apresenta Relatório Global de prestação de contas último período	Relatório de Atividades / Gestão	Balanço (B)	Demonstração de Resultados por natureza (DRn)	Demonstração de Fluxos de Caixa (DFCx)	Anexo (A)	Demonstração de Resultados por funções (DRf)/ Dem p/ Valências	Alteração do Fundo Patrimonial	Ata Aprovação das Contas (da Direção)	Ata do Conselho Fiscal	Certificação Legal de Contas	Outros: Balancete / ...	Apresenta Informação Financeira de três ou mais períodos	Total (Σ)
Associação Central de Assistência de Setúbal	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	0	0	3	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10
Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	0	0	0	3	3	3	0	0	0	0	0	0	2	1	12
Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7
Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joaninha"	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7
A.U.R.P.I.A. - Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Casa de Santa Ana	0	0	1	3	3	1	2	0	0	0	0	0	0	1	11
Centro Jovem Tabor	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Centro Social Paroquial de São José	0	0	0	3	3	3	0	0	0	2	2	0	0	1	14
Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	3	1	10
Cáritas Diocesana de Setúbal	0	0	1	3	3	3	1	0	1	1	1	0	1	1	16
Jardim de Infância O Sonho	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7
Associação Baptista Shalom	0	0	0	3	3	1	0	0	0	0	2	0	2	1	12
Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	0	0	0	3	3	2	0	0	0	2	0	0	0	1	11
Casa do Povo de Azeitão	1	0	1	3	3	1	0	0	0	1	1	0	0	1	12
Associação Meninos de Oiro	0	0	0	3	3	1	1	0	1	0	0	0	1	1	11

IPSS	Apresenta Orçamento	Apresenta Relatório Global de prestação de contas último período	Relatório de Atividades / Gestão	Balanço (B)	Demonstração de Resultados por natureza (DRn)	Demonstração de Fluxos de Caixa (DFCx)	Anexo (A)	Demonstração de Resultados por funções (DRf)/ Dem p/ Valências	Alteração do Fundo Patrimonial	Ata Aprovação das Contas (da Direção)	Ata do Conselho Fiscal	Certificação Legal de Contas	Outros: Balancete / ...	Apresenta Informação Financeira de três ou mais períodos	Total (Σ)
Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	0	0	1	3	3	1	1	0	0	0	1	0	1	1	12
Inovar Autismo - Associação de Cidadania e Inclusão	1	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	8
Casa de Nossa Senhora da Saúde	0	0	0	3	3	1	0	1	0	0	0	0	0	1	9
Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	2	1	1	3	3	0	0	0	0	0	0	0	1	1	12
Liga dos Amigos da Terceira Idade	3	1	3	3	1	1	1	0	1	1	3	1	1	1	21
Santa Casa da Misericórdia de Setúbal	2	0	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	0	0	17
APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	3	1	3	3	3	3	3	0	3	0	0	2	1	1	26
UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	2	1	1	3	3	1	1	0	0	1	3	0	3	1	20
APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	3	1	1	3	3	2	2	0	0	1	3	0	1	1	21
Total Geral (Σ)	19	5	19	65	63	27	15	2	7	11	18	4	17	20	—
Média Geral (Disponibilização de Informação Financeira pelas Entidades)	76,00%	20,00%	76,00%	260,00%	252,00%	108,00%	60,00%	8,00%	28,00%	44,00%	72,00%	16,00%	68,00%	80,00%	—

Fonte: Elaboração Própria a partir de

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30354/1/Grau%20Divulgacao%20Inf%20Websites%20das%20IPSS.pdf>, em 09 de janeiro de 2020

Legenda: 0 – Não apresenta; 1 – Apresenta, apenas, um ano; 2 – Apresenta em dois anos; 3 – Apresenta em três anos.

Anexo III - Balanço e Demonstração de Resultados.

- Balanço

1 de 3

Nº	IPSS	Rúbricas								
		Ativo Corrente			Ativo não Corrente			Total do Ativo		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	524.623,02	508.135,45	590.119,60	902.714,41	1.003.990,75	955.518,3	1.427.337,43	1.512.126,20	1.545.637,90
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	964,564,49	876,832,48	884,374,86	300.047,57	289.225,5	281.654,01	1,264,612,06	1,166,057,98	1,166,028,87
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	324.253,33	320.316,38	299.146,71	1.739.324,93	1.659.657,50	1.621.471,27	2.063.578,26	1.979.973,88	1.920.617,98
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	3.570,02	16.450,63	13.648,59	98.910,73	98.168,24	97.509,77	102.480,75	114.618,87	111.158,36
10	Casa de Santa Ana	13.043,92	26.551,74	9.246,45	2.547.983,32	2.487.979,06	2.430.961,53	2.561.027,24	2.514.530,80	2.440.225,98
16	Centro Social Paroquial de São José	101.106,06	117.072,26	174.922,33	1.413.487,59	1.366.715,52	1.375.925,83	1.514.593,65	1.483.787,58	1.550.848,16
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	308.655,04	308.113,03	477.047,01	2.143.871,61	2.211.979,22	2.163.017,36	2.452.526,65	2.520.092,25	2.640.064,37
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	3.488.592,66	3.250.574,61	3.244.306,68	3.020.079,48	2.928.379,30	2.843.122,94	6.508.672,14	6.178.953,91	6.087.429,62
20	Jardim de Infância O Sonho	318.847,86	36.556,46	100.294,47	1.260.054,52	1.252.881,78	1.148.879,10	1.578.902,38	1.289.438,24	1.249.173,57
29	Associação Baptista Shalom	475.325,38	433.764,99	454.737,70	1.546.761,60	1.704.570,55	1.696.078,46	2.022.086,98	2.138.335,54	2.150.816,16
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	96.864,33	140.428,17	120.561,02	8.425,63	6.629,32	4.852,71	105.289,96	147.057,49	125.413,73
33	Casa do Povo de Azeitão	114456,19	48114,43	46845,36	1.288.670,56	1.258.776,59	1.228.897,43	1403126,75	1306891,02	1275742,79
35	Associação Meninos de Oiro	8.849,80	3856,39	3460,72	3.991,04	3.652,10	3.470,63	12.840,84	7508,49	6931,35
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	91.811,22	119.035,42	117.160,56	28.883,82	16.384,44	11.906,41	121.237,04	135.828,08	131.632,49
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	203.409,38	185.771,89	175.685,42	27.877,46	26.862,27	20.108,04	231.286,84	212.634,16	195.793,46
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	209.125,67	278.841,52	354.277,96	1.148.539,34	1.107.000,75	1.077.773,61	1.357.665,01	1.385.842,27	1.432.051,57
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	2.113.199,68	2.279.999,00	2.569.017,44	3.466.631,32	3.528.186,23	3.475.453,22	5.579.831,00	5.808.185,23	6.044.470,66
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	72.049,60	65.170,89	59.512,37	108,64	195	276,03	72.158,24	65.365,89	59.788,40
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	71.316,41	68.765,30	72.888,97	2.043,12	2,117,84	2.331,15	73.359,53	70.883,14	75.220,12

Fonte: Elaboração própria.

- Balanço

2 de 3

Nº	IPSS	Rubrica								
		Passivo Corrente			Passivo não Corrente			Total do Passivo		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	796.635,29	848.481,55	759.105,74	242.617,92	140.000,00	218.000,00	1.039.253,21	988.481,55	977.105,74
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	136.002,59	122.734,41	129.715,18	0	0	0	136.002,59	122.734,41	129.715,18
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	266.141,41	351.436,74	340.504,71	925.465,26	842.785,78	834.505,24	1.191.606,67	1.194.222,52	1.175.009,95
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanelinha"	10.386,37	9.861,20	4.204,99	0	0	0	10.386,37	9.861,20	4.204,99
10	Casa de Santa Ana	29.532,29	30.570,82	35.797,17	3.022.017,39	3.003.878,12	2.975.638,27	3.051.549,68	3.034.448,94	3.011.435,44
16	Centro Social Paroquial de São José	169.581,37	172.366,37	164.733,87	48.294,60	3.550,39	0	217.875,97	175.916,76	164.733,87
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	301.160,23	285.500,33	335.249,82	688.914,37	590.685,90	481.894,37	990.074,60	876.186,23	817.144,19
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	955.569,55	573.601,57	599.202,04	111.495,02	82.980,35	59.987,99	1.067.064,57	656.581,92	659.190,03
20	Jardim de Infância O Sonho	572.936,51	433.630,96	545.497,99	909.236,75	841.043,72	701.204,05	1.482.173,26	1.274.674,68	1.246.702,04
29	Associação Baptista Shalom	97.692,43	106.390,42	142.814,02	761.495,95	719.381,94	617.790,36	759.188,38	825.772,36	760.604,38
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	195.789,74	245.732,46	237.301,29	0	0	0	195.789,74	245.732,46	237.301,29
33	Casa do Povo de Azeitão	428024,29	420981,88	507063,44	527.491,21	489.586,89	410.581,93	955516	910568,77	917645,37
35	Associação Meninos de Ouro	25.826,80	49358,27	60137,32	0	0	0	25.826,80	49358,27	60137,32
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	5.406,22	3.740,46	3.987,13	0	0	0	5.406,22	3.740,46	3.987,13
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	53.153,29	48.408,73	47.789,49	0	0	0	53.153,29	48.408,73	47.789,49
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	94.160,60	86.697,17	96.968,22	0	0	0	94.160,60	86.697,17	96.968,22
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	524.260,06	620.716,13	737.028,82	0	0	2.000	524.260,06	620.716,13	739.028,82
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	5.572,45	6.528,88	6.345,71	0	0	0	5.572,45	6.528,88	6.345,71
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	14.229,72	15.443,75	18.132,37	0	0	0	14.229,72	15.443,75	18.132,37

Fonte: Elaboração própria.

- Demonstração de Resultados

1 de 4

Nº	IPSS	Fornecimentos e serviços externos			Gastos com o Pessoal			Total Gastos		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	494.122,98	512.993,62	456.368,03	1.302.211,84	1.333.985,75	1.323.274,77	2.032.482,55	2.110.721,85	2.039.010,85
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	191.483,14	186.755,46	150.042,17	618.780,65	646.800,10	661.746,46	834.589,23	867.913,49	829.904,78
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	395.953,76	352.177,24	355.457,83	1.224.628,19	1.223.703,13	1.246.871,41	1.961.269,81	1.892.643,71	1.879.904,31
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanelinha"	7.592,21	10.076,80	15.456,82	112.084,07	103.675,49	109.520,90	124.384,03	118.463,24	130.680,74
10	Casa de Santa Ana	70.399,89	85.501,20	94.007,43	158.601,68	153.840,50	181.912,75	311.579,7	303.965,43	339.053,52
16	Centro Social Paroquial de São José	155.477,42	178.278,31	171.625,31	610.708,39	625.166,21	639.272,09	949.747,59	941.763,92	924.990,5
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	729.214,61	704.105,17	688.794,12	1.824.518,27	1.818.249,03	1.866.124,83	2.712.323,22	2.636.892,1	2.696.183,25
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	1.052.839,33	935.892,93	925.593,32	2.047.855,76	2.153.428,00	2.193.396,07	3.305.239,24	3.286.113,66	3.495.188,49
20	Jardim de Infância O Sonho	336.305,00	295.306,49	241.642,20	1.118.216,95	1.168.293,03	1.183.573,44	1.835.964,56	1.984.094,6	1.710.901,67
29	Associação Baptista Shalom	237.086,69	222.315,17	211.874,55	660.738,95	759.883,94	801.216,39	1.311.293,65	1.379.940,18	1.367.646,84
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	32.708,64	34.277,38	3.432,99	354.030,78	360.311,12	27.762,36	421.856,97	426.434,03	33.861,18
33	Casa do Povo de Azeitão	79.034,55	55.612,79	63.872,38	505.981,19	541.202,05	557.897,53	691.705,59	697.952,03	711.433,87
35	Associação Meninos de Oiro	28.374,92	682,64	575,96	114.107,72	3.670,28	3.653,37	146.648,63	4.931,38	4.323,81
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	69.088,68	63.687,33	74.327,21	120.777,76	129.828,97	145.705,12	222.970,31	218.047,64	245.412,99
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	169.667,77	170.971,83	203.155,33	264.374,08	263.478,28	263.258,11	470.697,47	460.426,5	489.985,96
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	154.499,73	158.576,31	186.006,71	449.514,93	510.874,23	536.760,86	752.503,13	808.212,63	870.707,44
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	476.880,05	457.420,02	455.308,42	2.338.141,69	2.499.409,94	2.788.272,78	3.092.801,47	3.398.098,65	3.668.330,4
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	17.404,12	16.622,47	23.566,12	24.535,97	20.385,13	17.167,05	49.479,31	39.772,28	42.779,97
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	42.903,66	36.257,20	42.619,62	90.057,79	105.784,64	113.031,26	133.721,22	143.042,68	157.216,01

Fonte: Elaboração própria.

- Demonstração de Resultados

2 de 4

Nº	IPSS	Vendas e Serviços Prestados			Sub., doações, e legados à exploração			Outros Rendimentos			Rendimento Total		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	637.592,32	691.544,86	707.324,86	1.208.514,82	1.278.461,84	1.299.128,70	172.567,57	85.365,58	77.538,92	2.018.674,71	2.055.372,28	2.083.992,48
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	313.795,39	322.043,59	340.518,59	496.715,64	447.171,60	476.181,84	23.219,89	7.709,28	3.913,23	842.655,92	782.627,59	822.894,9
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	506.140,23	462.465,24	483.144,37	1.407.477,31	1.323.677,95	1.323.103,29	60.179,94	68.994,68	33.418,20	1.980.747,64	1.860.167,97	1.843.340
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanhinha"	48.978,50	47.410,45	47.317,40	81.905,18	83.716,08	85.559,04	0	0	0	130.883,68	131.126,53	132.876,44
10	Casa de Santa Ana	0	0	0	256.243,32	253.728,00	257.544,00	20.739,45	20.841,73	30.218,20	276.982,77	274.569,73	287.762,2
16	Centro Social Paroquial de São José	426.145,94	428.363,00	430.750,48	513.261,92	531.625,96	549.667,61	36.290,36	34.360,31	31.926,98	975.704,56	994.349,27	1.012.345,07
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	1.170.775,10	1.132.919,18	1.212.364,39	1.598.946,23	1.606.049,89	1.578.434,60	64.195,37	79.280,09	84.384,37	2.834.295,7	2.818.346,07	2.875.197,41
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	440.984,29	463.898,76	497.706,61	2.543.170,79	2.535.361,82	2.746.527,49	212.681,74	215.541,55	195.590,23	3.214.061,51	3.241.480,63	3.449.784,68
20	Jardim de Infância O Sonho	696.186,53	725.478,63	638.889,34	1.051.642,04	1.025.644,46	1.031.044,12	33.617,65	168.422,79	39.725,73	1.781.446,22	1.919.545,88	1.709.659,19
29	Associação Baptista Shalom	459,179,35	481.224,86	520.543,27	743.207,49	733.600,53	713.470,61	242.936,12	225.569,22	221.988,00	1.407.359,67	1.441.020,46	1.456.711,14
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	127.901,36	126.248,78	11.520,96	295.026,36	289.753,98	21.952,06	798,8	2.256,08	0	423.726,52	418.258,84	33.473,02
33	Casa do Povo de Azeitão	295.344,31	273.340,56	291.115,88	469.609,65	368.988,45	372.348,73	31.952,77	24.561,72	19.039,22	796.956,73	666.908,47	682.513,97
35	Associação Meninos de Ouro	520	0	0	115.749,08	6.344,79	6.219,89	14.532,31	0	54,08	130.802,37	6.344,79	6.221,94
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	101.140,51	96.552,86	104.495,99	127.423,78	131.187,36	126.444,93	16.976,76	6.564,20	10.065,32	245541,05	234.304,42	241.006,24
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	200	0	0	439.438,53	432.327,64	443.682,36	48.511,20	12.363,58	29.42285	488.244,57	446.518,38	473.784,5
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	481.233,63	513.023,45	552.155,16	278.599,41	285.502,54	308.709,06	79.108,86	65.666,24	65.965,38	839.140,65	864.232,23	927.024,6
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	536.495,98	627.895,97	714.944,34	2.775.123,64	2.814.255,66	2.827.392,44	103.586,65	156.840,43	314.301,12	3.425.682,23	3.598.992,06	3.856.637,9
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	21.723,00	22.843,50	29.502,61	0	7.096,55	6.997,28	1.530,51	1.672,00	760,07	23.932,92	32.023,5	37.385,65
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	58.558,74	60.377,12	64.838,67	61.044,81	74.210,09	72.098,28	315,77	15,05	15.817,42	119.919,32	134.602,26	152.754,37

Fonte: Elaboração própria.

- Demonstração de Resultados

3 de 4

Nº	IPSS	Resultado Operacional			Resultado Líquido do Período		
		2016	2017	2018	2016	2017	2018
2	Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	19.505,04	(-25.808,32)	77.335,91	(-13.807,84)	(-55.349,57)	44.981,63
3	Associação de Moradores da Praça do Brasil o Girassol	(-762,08)	(-90.779,63)	(-9.245,39)	8.066,69	(-85.285,90)	(-7.009,88)
4	Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	55.588,47	1.721,11	2.924,64	19.477,83	(-32.475,74)	(-36.564,31)
6	Associação para Creche e Jardim de Infância - "A Joanelinha"	6.570,45	12.677,76	2.370,47	6.499,65	12.663,29	2.195,70
10	Casa de Santa Ana	(-34.591,89)	(-29.395,70)	(-51.291,32)	(-34.591,89)	(-29.395,70)	(-51.291,32)
16	Centro Social Paroquial de São José	32.494,37	43.110,56	90.175,52	25.956,97	37.701,07	87.354,57
17	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Anunciada	150.819,31	204.792,11	187.320,17	121.972,48	181.453,97	179.014,16
18	Cáritas Diocesana de Setúbal	(-103.680,83)	(-69.523,03)	(-33.919,89)	(-90.940,11)	(-42.844,74)	(-24.411,34)
20	Jardim de Infância O Sonho	(-11.869,00)	(-25.476,06)	33.355,77	(-54.513,92)	(-64.548,72)	(-1.242,48)
29	Associação Baptista Shalom	115.618,78	80.213,67	106.650,52	96.066,02	61.080,28	89.064,30
32	Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	4.961,69	(-4.514,01)	-342,12	1.869,55	(-8.175,19)	(-388,16)
33	Casa do Povo de Azeitão	128.960,92	(-8.795,17)	(-8.213,74)	105.251,14	(-31.043,56)	(-28.919,90)
35	Associação Meninos de Ouro	(-15.705,26)	1.431,40	1.921,98	(-15.705,26)	1.413,41	1.898,13
38	Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	22.570,74	16.256,78	(-4.406,75)	22.570,74	16.256,78	(-4.406,75)
46	Casa de Nossa Senhora da Saúde	17.471,56	(-15.693,38)	(-16.900,75)	17.547,10	(-13.908,12)	(-16.221,46)
5	Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo	86.445,92	55.982,30	56.122,22	86.637,52	56.019,60	56.317,16
31	APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	322.524,82	201.049,30	188.307,50	332.880,76	201.049,30	188.307,50
36	UDIPSS - SETÚBAL - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal	(-26.225,49)	(-8.160,23)	(-5.520,01)	(-25.528,39)	(-7.748,78)	(-5.394,32)
37	APPDA-Setúbal - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo	(-13.801,90)	(8.440,42)	(-4.461,64)	(-13.801,90)	(8.440,42)	(-4.461,64)

Fonte: Elaboração Própria